



EDITAL Nº. 002/2019/SEMS DE CHAMADA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE DOURADOS, Estado de Mato Grosso do Sul, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMS), faz saber que estará aberta nos dias 30/10/2019 e 31/10/2019, das 07h30minh às 13h00min, CHAMADA PÚBLICA para os fins de CREDENCIAMENTO e formação de BANCO DE PRESTADORES de serviços ambulatoriais na linha de cuidado da pessoa com Doença Renal Crônica (DRC) na especialidade de Nefrologia.

Os interessados deverão apresentar a documentação exigida, segundo as especificações deste edital para a Comissão de Chamada Pública instituída pelo Dec. nº. 394 de 30 de julho de 2009 e designada conforme Resolução/SEMS nº 42, de 25 de outubro de 2017, no prazo acima estipulado, na Secretaria Municipal de Saúde (Departamento de Gestão Estratégica-SALA 03), localizada na Rua Coronel Ponciano, nº. 900, Parque dos Jequitibás, CEP: 79.840-505, nesta cidade de Dourados-MS.

O Edital poderá ser obtido na Secretaria Municipal de Saúde, no endereço supracitado, gratuitamente, mediante o fornecimento pelos interessados de meio magnético (pen drive) ou por meio do site do município (www.dourados.ms.gov.br). O aviso do chamamento será publicado no site do Município (www.dourados.ms.gov.br). Informações complementares poderão ser obtidas nos telefones (067) 3410-5527.

O processo de Chamada Pública tem o objetivo de recrutar e credenciar pessoas jurídicas de direito privado que tenham por escopo a prestação de serviços na área de saúde e estejam interessadas em prestar serviços de assistência à saúde, de acordo com as diretrizes Clínicas da Portaria n. 389 GM/MS de 13 de março de 2014, suas alterações e legislações correlatas – no que versa ao cuidado ao paciente com doença renal crônica (DRC), especificamente na prestação de serviços ambulatoriais de nefrologia (HEMODIÁLISE), ao Poder Público Municipal, para os fins de complementar a rede de atenção especializada de serviços do Sistema Único de Saúde no âmbito municipal, segundo os encaminhamentos da Central de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde e mediante remuneração unilateralmente estipulada consoante os valores da Tabela SUS.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do credenciamento na data marcada, a data de recebimento das propostas será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente fixado, desde que não haja comunicação do Município de Dourados em contrário.

O presente processo se realizará em consonância com os princípios estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), em especial os seus artigos 196 e seguintes; Lei Federal 8.080/90; Lei 8.142/1990; Lei Federal nº. 8.666/1993; Lei Federal nº 12.846/2013; Portaria GM/MS nº 389/2014; Portaria GM/MS nº 1.535/2014; RDC/ANVISA n. 11 de 13 de março de 2014; Portaria GM/MS 1.646/2015; Decreto Presidencial nº 8.420/2015; Portaria GM/MS 584/2015; Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017; Portaria de Consolidação n. 03 de 28 de setembro de 2017; Portaria de Consolidação n. 06 de 28 de setembro de 2017;



Portaria GM/MS n. 1.675 de 07 de junho de 2018; Portaria GM/MS n° 3.603, 22 de novembro de 2018, e demais exigências do presente edital.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto do Processo de Chamada Pública é realizar o credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado para formar o banco de prestadores interessados em futura contratação com o Município de Dourados, através da Secretaria Municipal de Saúde e colocado à disposição da Central de Regulação Municipal, consoante as condições e especificações estabelecidas no presente edital e seus anexos, para prestar serviços de assistência à saúde, de forma complementar, de acordo com as diretrizes Clínicas da Portaria n. 389 GM/MS de 13 de março de 2014, suas alterações e legislações correlatas, no que versa ao cuidado do paciente com doença renal crônica – DRC, especificamente, na prestação de serviços ambulatoriais de Nefrologia (HEMODILIASE), no Sistema Único de Saúde.

1.1.1 O (s) serviço (s) credenciado (s) terá (ao) a (s) habilitação (ões) pleiteada (s) junto ao Ministério da Saúde para a seguinte tipologia: **I - Atenção Especializada em DRC com hemodiálise - código 15.04;** e (Redação dada pela PRT GM/MS 1.675 de 07.06.2018)

2. DO QUANTITATIVO DOS SERVIÇOS

2.1 Os serviços serão contratados de acordo com as necessidades do gestor, conforme estimativa mensal abaixo elencada, de acordo com os grupos estabelecidos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, sendo:

GRUPO 03 - PROCEDIMENTOS CLÍNICOS					
SUB-GRUPO 01 - ACOMPANHAMENTOS / CONSULTAS / ATENDIMENTOS		QTDE MENSAL	ORÇAMENTÁRIO		
			UNITÁRIO	MENSAL	ANUAL
03.01.01.004-8	CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXCETO MÉDICO)	42	6,30	264,60	3.175,20
03.01.01.007-2	CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	27	10,00	270,00	3.240,00
TOTAL SUB GRUPO 1		69		534,60	6.415,20

SUB-GRUPO 05 - TRATAMENTO CLÍNICO		QTDE MENSAL	ORÇAMENTÁRIO		
			UNITÁRIO	MENSAL	ANUAL
03.05.01.009-3	HEMODIALISE (MÁXIMO 1 SESSÃO POR SEMANA - EXCEPCIONALIDADE)	21	194,20	4.078,20	48.938,40
03.05.01.010-7	HEMODIALISE - MÁXIMO 3 SESSÕES POR SEMANA	600	194,20	116.520,00	1.398.240,00
03.05.01.011-5	HEMODIALISE EM PACIENTE COM SOROLOGIA POSITIVA PARA HIV E/OU HEPATITE B E/OU HEPATITE C (MÁXIMO 3 SESSÕES POR SEMANA)	15	265,41	3.981,15	47.773,80
03.05.01.012-3	HEMODIALISE EM PACIENTE COM SOROLOGIA POSITIVA PARA HIV E/OU HEPATITE B E/OU HEPATITE C (EXCEPCIONALIDADE - MÁXIMO 1 SESSÃO / SEMANA)	6	265,41	1.592,46	19.109,52
TOTAL SUBGRUPO 05		642		126.171,81	1.514.061,72

GRUPO 04 - PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS					
SUB-GRUPO 18 CIRURGIAS EM NEFROLOGIA					



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

04.18.01 ACESSOS PARA DIÁLISE		QTDE MENSAL	ORÇAMENTÁRIO		
			UNITÁRIO	MENSAL	ANUAL
04.18.01.001-3	CONFECCAO DE FISTULA ARTERIO-VENOSA C/ ENXERTIA DE POLITETRAFLUORETILENO (PTFE)	1	1.453,85	1.453,85	17.446,20
04.18.01.002-1	CONFECCAO DE FISTULA ARTERIO-VENOSA C/ ENXERTO AUTOLOGO	1	685,53	685,53	8.226,36
04.18.01.003-0	CONFECCAO DE FISTULA ARTERIO-VENOSA P/ HEMODIALISE	2	600,00	1.200,00	14.400,00
04.18.01.004-8	IMPLANTE DE CATETER DE LONGA PERMANÊNCIA P/ HEMODIALISE	1	200,00	200,00	2.400,00
04.18.01.006-4	IMPLANTE DE CATETER DUPLO LUMEN P/HEMODIALISE	4	115,81	463,24	5.558,88
04.18.01.008-0	IMPLANTE DE CATETER TIPO TENCKHOFF OU SIMILAR P/ DPA/DPAC	1	400,00	400,00	4.800,00
SUB TOTAL 04.18.01		10		4.402,62	52.831,44
04.18.02 INTERVENÇÃO CIRURGICA EM ACESSOS HEMODIÁLISE		QTDE MENSAL	ORÇAMENTÁRIO		
			UNITÁRIO	MENSAL	ANUAL
04.18.02.001-9	INTERVENCAO EM FISTULA ARTERIO-VENOSA	1	600,00	600,00	7.200,00
04.18.02.002-7	LIGADURA DE FISTULA ARTERIO VENOSA	1	600,00	600,00	7.200,00
04.18.02.003-5	RETIRADA DE CATETER TIPO TENCKHOFF / SIMILAR DE LONGA PERMANÊNCIA	1	400,00	400,00	4.800,00
SUB TOTAL 04.18.02		2		1.600,00	19.200,00
TOTAL SUB GRUPO 04.18		12		6002,62	72031,44
GRUPO 07 - ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM)					
SUB-GRUPO 02 ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS RELACIONADOS AO ATO CIRURGICO					
07.02.10 - ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM) NEFROLOGIA		QTDE MENSAL	ORÇAMENTÁRIO		
			UNITÁRIO	MENSAL	ANUAL
07.02.10.001-3	CATETER LONGA PERMANENCIA P/ HEMODIALISE	1	482,34	482,34	5.788,08
07.02.10.002-1	CATETER P/ SUBCLAVIA DUPLO LUMEN P/ HEMODIALISE	4	64,76	259,04	3.108,48
07.02.10.009-9	DILATADOR PARA IMPLANTE CATETER DUPLO-LUMEN	4	21,59	86,36	1.036,32
07.02.10.010-2	GUIA METALICO PARA INTRODUÇÃO CATETER DUPLO-LUMEN	4	15,41	61,64	739,68
TOTAL GRUPO 07		13		889,38	10.672,56
TOTAL TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA – TRS					
		736		133.598,41	1.603.180,92

GRUPO 02 PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA		QTDE MENSAL	ORÇAMENTÁRIO		
SUB-GRUPO 02 DIAGNÓSTICOS EM LABORATÓRIO CLÍNICO			UNITÁRIO	MENSAL	ANUAL
02.02.01.002-3	DETERMINAÇÃO DE CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DO FERRO	12	2,01	24,12	289,44
02.02.01.021-0	DOSAGEM DE CALCIO	29	1,85	53,65	643,80
02.02.01.027-9	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	4	3,51	14,04	168,48
02.02.01.028-7	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	4	3,51	14,04	168,48
02.02.01.029-5	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	4	1,85	7,40	88,80
02.02.01.031-7	DOSAGEM DE CREATININA	79	1,85	146,15	1.753,80
02.02.01.038-4	DOSAGEM DE FERRITINA	46	15,59	717,14	8.605,68
02.02.01.039-2	FERRO SERICO	20	3,51	70,20	842,40
02.02.01.042-2	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	31	2,01	62,31	747,72
02.02.01.043-0	DOSAGEM DE FOSFORO	79	1,85	146,15	1.753,80
02.02.01.047-3	DOSAGEM DE GLICOSE	79	1,85	146,15	1.753,80
02.02.01.050-3	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	17	7,86	133,62	1.603,44
02.02.01.060-0	DOSAGEM DE POTASSIO	79	1,85	146,15	1.753,80
02.02.01.062-7	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	31	1,85	57,35	688,20
02.02.01.063-5	DOSAGEM DE SODIO	50	1,85	92,50	1.110,00
02.02.01.065-1	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	50	2,01	100,50	1.206,00
02.02.01.066-0	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	46	4,12	189,52	2.274,24
02.02.01.067-8	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	5	3,51	17,55	210,60
02.02.01.069-4	DOSAGEM DE UREA	129	1,85	238,65	2.863,80



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

02.02.01.076-7	DOSAGEM DE 25 HIDROXI VITAMINA D	9	15,24	137,16	1.645,92
02.02.02.030-4	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	79	1,53	120,87	1.450,44
02.02.02.037-1	HEMATOCRITO	79	1,53	120,87	1.450,44
02.02.02.038-0	HEMOGRAMA COMPLETO	17	4,11	69,87	838,44
02.02.03.030-0	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	4	10,00	40,00	480,00
02.02.03.063-6	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	16	18,55	296,80	3.561,60
02.02.03.067-9	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	16	18,55	296,80	3.561,60
02.02.03.097-0	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	16	18,55	296,80	3.561,60
02.02.03.078-4	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG E IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL)	16	18,55	296,80	3.561,60
02.02.03.089-0	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)	50	18,55	927,50	11.130,00
02.02.05.011-4	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	1	2,04	2,04	24,48
02.02.06.025-0	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	4	8,96	35,84	430,08
02.02.06.027-6	DOSAGEM DE PARATORMONIO	31	43,13	1.337,03	16.044,36
02.02.06.037-3	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	4	8,76	35,04	420,48
02.02.07.008-5	DOSAGEM DE ALUMINIO	1	27,50	27,50	330,00
02.02.08.007-2	BACTERIOSCOPIA (GRAM)	1	2,80	2,80	33,60
02.02.08.008-0	CULTURA DE BACTERIAS P/IDENTIFICAÇÃO	1	5,62	5,62	67,44
02.02.08.015-3	HEMOCULTURA	4	11,49	45,96	551,52
02.02.01.073-2	GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCETO BASE)	14	15,65	219,10	2.629,20
TOTALSUB GRUPO 02.02		1157		6.691,59	80.299,08

SUB-GRUPO 02.04 DIAGNÓSTICOS POR RADIOLOGIA		QTDE MENSAL	ORÇAMENTÁRIO		
			UNITÁRIO	MENSAL	UNITÁRIO
02.04.03.015-3	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL)	4	9,50	38,00	456,00
TOTAL SUB-GRUPO 02.04		4		38,00	456,00

SUB-GRUPO 02.05 DIAGNÓSTICOS POR ULTRASONOGRAFIA		QTDE MENSAL	ORÇAMENTÁRIO		
			UNITÁRIO	MENSAL	UNITÁRIO
02.05.02.004-6	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	4	37,95	151,80	1.821,60
02.05.02.005-4	ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINÁRIO	4	24,20	96,80	1.161,60
TOTAL SUB-GRUPO 02.04		8		248,60	2.983,20

SUB-GRUPO 02.11.02 DIAGNÓSTICOS EM CARDIOLOGIA		QTDE MENSAL	ORÇAMENTÁRIO		
			UNITÁRIO	MENSAL	UNITÁRIO
02.11.02.003-6	ELETROCARDIOGRAMA	4	5,15	20,60	247,20
TOTAL SUB-GRUPO 02.04		4		20,60	247,20

TOTAL GRUPO 02 PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA		1173		6.998,79	83.985,48
--	--	-------------	--	-----------------	------------------

TOTAL GERAL (TOTAL TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA – TRS (FAEC) + TOTAL GRUPO 02 PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA)	1909		140.597,20	1.687.166,40
---	-------------	--	-------------------	---------------------

2.2 Os quantitativos físicos e financeiros mensais para cada prestador habilitado serão previstos contratualmente, cujo rateio entre os credenciados será feito com base na capacidade instalada de atendimento ofertada.

2.3 Mediante termo aditivo e, de acordo com a capacidade operacional da CONTRATADA e as necessidades da CONTRATANTE, poderão ser realizados acréscimos ou supressões, em



conformidade com a Lei n. 8.666/93, durante o período de sua vigência, incluídas as prorrogações, mediante justificativa aprovada pela contratante.

3. DA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1 Poderão participar do Processo de Chamada Pública para fins de Credenciamento no Banco de Prestadores qualquer interessado que detenha atividade pertinente e compatível com o objeto deste Edital e que atenda a todas as suas exigências bem como de legislações pertinentes ao serviço, inclusive quanto à documentação.

3.1.1 As interessadas devem prestar os serviços a serem contratados no Município de Dourados em endereço cadastrado no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde- CNES.

3.2 O proponente para execução dos serviços objeto do Edital, dentre outras, deverá contar com equipe, conforme abaixo, esta exigida para o serviço sob a tipificação de Atenção Especializada em DRC (doença renal crônica) com hemodiálise - código 15.04, conforme dispõe a Sessão VI, Art.78 da Portaria de Consolidação nº 03 de 28.09.2017:

I - 2 (dois) médicos, sendo 1 (um) o responsável técnico, ambos com especialização em nefrologia, comprovada por título e registrada pelo Conselho Regional Medicina - CRM;

II - 2 (dois) enfermeiros, sendo 1 (um) o responsável técnico, ambos com especialização em nefrologia, comprovada por título e registrada pelo Conselho Regional de Enfermagem - COREN;

III - assistente social;

IV - psicólogo;

V - nutricionista; e

VI - técnico de enfermagem. “(NR)

3.2.1 Para o estabelecimento de saúde a ser habilitado como "Atenção Especializada em DRC com hemodiálise - código 15.04" deverá ser obedecida, no mínimo, a seguinte proporção:

I - 1 (um) médico nefrologista para cada 50 (cinquenta) pacientes, em cada turno; (Redação dada pela PRT GM/MS 1675 de 07.06.2018)

II - 1 (um) enfermeiro para cada 50 (cinquenta) pacientes, em cada turno; e (Redação dada pela PRT GM/MS 1675 de 07.06.2018)

III - 1 (um) técnico de enfermagem para cada 6 (seis) pacientes em cada turno. (Redação dada pela PRT GM/MS 1675 de 07.06.2018)

3.3 Possuir condições de realização de exames laboratoriais, para o devido atendimento ao disposto nas diretrizes clínicas para o cuidado ao paciente com DRC, podendo ser realizados em serviço de referência devidamente formalizado;



3.4 Possuir condições de realização de exames de imagem para o devido atendimento ao disposto nas diretrizes clínicas para o cuidado ao paciente com DRC, de acordo com o contrato estabelecido com o gestor público de saúde, podendo ser realizados em serviço de referência devidamente formalizado.

3.5 Possuir sistema próprio de Tratamento e Distribuição de Água para Hemodiálise – SADTH o qual poderá ser terceirizado conforme dispõe a Portaria GM/MS 1.675 de 07.06.2018.

3.6 Não será credenciado o prestador enquadrado em quaisquer das hipóteses elencadas abaixo:

- a) Em recuperação judicial ou extrajudicial, bem como em processo de falência, dissolução ou liquidação;
- b) Reunidos em consórcio e sejam controladores, coligados ou subsidiários entre si, direta ou indiretamente, qualquer que seja sua área de constituição;
- c) Declarados inidôneos ou punidos com **suspensão de participar de procedimento licitatório no Município de Dourados-MS**, conforme inciso III, do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, desde que o ato tenha sido publicado na Imprensa Oficial, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
- d) Empresas que se enquadrarem nas vedações previstas no Art. 9 da Lei Federal nº 8.666/93;
- e) Que não apresentarem os documentos exigidos no presente edital;
- f) Que não funcionem na cidade de Dourados – MS.

4. DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO

4.1 Na data e horário previsto para o recebimento dos documentos, as participantes interessadas, deverão apresentar à Comissão de Chamada Pública, munidos dos documentos abaixo relacionados, devendo ser cópia autenticada em cartório ou, a interessada deverá comparecer na Secretaria Municipal de Saúde (Departamento de Gestão Estratégica ou Assessoria Jurídica) em até 24 (vinte e quatro) horas, antes do certame, para autenticação de sua documentação:

- a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento de seus administradores. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada- EIRELI, bem como, no caso de sociedade por Ações, acompanhado de documentos que comprovem a eleição de seus administradores.
- b) Inscrição do Ato Constitutivo em Cartório de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedade civil, e demais entidades sem fins lucrativos, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em plena validade;

I. Na inscrição deve constar a situação cadastral como “Ativa”;

II. O comprovante de inscrição cadastral deverá ser emitido, preferencialmente, no prazo de até 30 (trinta) dias anterior à data prevista para apresentação das documentações e



propostas.

- d) Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. (<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP0/Certidao/CndConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?tipo=1>)
- e) Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa de Débito de ICMS, emitida pela Secretaria de Estado competente, da localidade de domicílio ou sede da interessada, na forma da Lei, ou documento emitido pela Secretaria competente que comprove a isenção ou não incidência do tributo. (<http://www.sefaz.ms.gov.br>);
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990. (<http://www.caixa.gov.br/fgts/index.asp>);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, de acordo com a Lei n.º 12.440, de 07 de julho de 2011, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST, (<http://www.tst.gov.br/certidao>)
- h) Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Municipal onde for sediada a Licitante, com validade na data de realização do credenciamento, mediante a apresentação das certidões negativas de competência municipal (Certidão de Tributos Mobiliários e Imobiliários) (Ex.: IPTU e ISSQN respectivamente);
 - I.** Caso a certidão não inclua todos os Tributos (mobiliários e imobiliários) e a proponente não possua imóvel cadastrado em seu nome deverá apresentar documento emitido pela Prefeitura Municipal que comprove tal fato ou certidão negativa de imóvel expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis, da sede da licitante.
 - II.** No caso de não contribuinte, Declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei.
- i) Certidão Negativa de Decretação de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor, ou distribuidores, se for o caso, da sede da pessoa jurídica, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. Caso não houver prazo fixado, a validade será de 60 (sessenta) dias.
- j) Indicação do número do RG, CPF, endereço, estado civil e profissão do representante legal que assinará o contrato.
- k) Indicação do Diretor Clínico e/ou Responsável Técnico Médico, de enfermagem, juntamente com cópia do documento de registro de responsabilidade técnica no Conselho Regional respectivo;
- l) Cópia do CPF, RG e Carteira Profissional do Diretor Clínico e/ou Responsável Técnico Médico (se for o caso), e do Responsável Técnico de Enfermagem;



- m) Relação nominal dos profissionais que compõem a equipe técnica do prestador, informando nome, CPF, carga horária semanal, cargo, função e número de inscrição no respectivo Conselho Profissional, quando for o caso;
- n) Cópia dos Diplomas de Graduação; Pós-Graduação (se houver) ou Certificado de Conclusão de Curso Técnico (se for o caso) dos profissionais executores dos serviços;
- o) Documento comprobatório de registro do estabelecimento no respectivo Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul;
- p) Número de inscrição do estabelecimento e dos profissionais do corpo clínico no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), Portaria GM/MS 1.646 de 02.10.2015 ou do protocolo do pedido de inscrição. No caso de rejeição do pedido de inscrição, o credenciado deverá ser descredenciado do banco de prestadores, bem como, o contrato que tiver sido firmado será rescindido unilateralmente pelo Contratante. No CNES do estabelecimento deverão constar devidamente cadastrados, todos os profissionais necessários ao serviço sob a tipificação de Atenção Especializada em DRC com hemodiálise - código 15.04. Em apresentando o protocolo, no caso de rejeição do pedido de inscrição, o credenciado deverá ser descredenciado do banco de prestadores, bem como, o contrato que tiver sido firmado será rescindido unilateralmente pelo Contratante.
- q) Memorial descritivo da sua capacidade instalada, especificando a finalidade de cada ambiente disponibilizado para a execução dos serviços e equipamentos disponíveis;
- r) Cópia do Alvará Sanitário ou Licença Sanitária Estadual em vigor expedido pela Vigilância Sanitária Estadual e cópia do Relatório de Vistoria ou Laudo Técnico de Avaliação;
- s) Alvará de Licença de Funcionamento ou Alvará de Localização e Funcionamento, expedido pelo órgão competente Municipal do local que funciona o estabelecimento do interessado, para exercer atividade pertinente com o objeto a ser contratado, dentro do prazo de validade;
- t) Proposta de trabalho indicando o horário de funcionamento dos serviços e o limite de pacientes que podem ser atendidos diariamente pelo estabelecimento, segundo o modelo constante do Anexo II;
- u) Declaração de inexistência de fato superveniente conforme modelo constante do Anexo III;
- v) Declaração referente ao art. 7º, XXXIII da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo IV.
- w) Declaração, conforme modelo constante do Anexo V, em que conste expressamente:
 - 1 – que conhece e aceita as condições de remuneração dos serviços, em conformidade com o previsto neste Edital, e que estão de acordo com as condições estabelecidas de repasse dos recursos.
 - 2 – que tem disponibilidade para prestar atendimento conforme as normas fixadas pela Secretaria Municipal de Saúde e segundo as regras estabelecidas nas normativas que disciplinam os serviços objeto deste Edital.
- x) Declaração de inexistência de fatos impeditivos a participação da licitação nos Termos do art. 9º da Lei Federal nº8666/93, conforme modelo constante do Anexo VI.
- y) No caso do prestador interessado não dispor de estrutura hospitalar própria para ofertar como retaguarda hospitalar para atendimento dos pacientes nos casos de intercorrências durante o processo de diálise, deverá apresentar Termo de compromisso celebrado entre o serviço de



saúde de diálise, o gestor local e o hospital vinculado ao SUS de retaguarda, estabelecendo as responsabilidades pela garantia de referência aos casos que necessitem de internação por intercorrências decorrentes do tratamento dialítico ou Termo de Compromisso celebrado entre o serviço de saúde de diálise, e o hospital de retaguarda que vier a indicar, estabelecendo as responsabilidades pela garantia de referência aos casos que necessitem de internação por intercorrências decorrentes do tratamento dialítico, assumindo que o recebimento por tais serviços serão mediante remuneração prevista na Tabela do SUS.

- z) O prestador que não possuir Serviço de Diagnóstico para execução dos Exames de Diagnóstico por Laboratório Clínico e de Imagem em sua estrutura deverá apresentar cópia do(s) contrato(s) que tenha por objeto a contratação de estabelecimento para tal finalidade.
- a.a) Em sendo Sistema de Tratamento e Distribuição de Água para Hemodiálise - SADTH terceirizado, apresentar cópia do contrato celebrado.
- a.b) Os prestadores deverão apresentar Termo de Compromisso assinado pelo responsável técnico do estabelecimento de saúde que presta assistência à saúde em DRC garantindo o encaminhamento de todos os pacientes em diálise para avaliação por uma equipe de transplante.

4.2 Disposições Gerais de Habilitação

4.2.1. As certidões apresentadas pela interessada que não tragam sua validade expressa serão consideradas pela Comissão Especial da Chamada Pública, como válidas por 60 (sessenta) dias, contados da data de sua expedição.

4.2.2. Não serão aceitas as certidões ou certificados com data de validade vencida.

4.2.3. Documentos em “fac-símile” não serão aceitos, salvo para efeitos de diligências.

4.2.4. Não serão aceitas cópias ilegíveis, que não ofereçam condições de leitura das informações nelas contidas.

4.2.5. É vedada a qualquer funcionário da Secretaria Municipal de Saúde, a autenticação de cópia simples de documento, já autenticado em cartório (por tabelião de notas ou por oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais).

4.2.6. A fim de verificar as condições de credenciamento dos interessados, bem como eventual descumprimento das condições de participação deste edital, a Comissão Especial de Chamada Pública poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, em especial os seguintes:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União no endereço eletrônico “www.portaldatransparencia.gov.br/ceis”;
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico “http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php”;



- Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico “<http://www.portaldatransparencia.gov.br>”, para verificar o faturamento máximo permitido, condição para esse benefício da ME/EPP, conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

4.2.6.1. A consulta aos cadastros constitui meio legal de prova e serão realizadas em nome do interessado e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário;

4.2.6.2. Constatada a existência de sanção, a Comissão Especial da Chamada Pública considerará a interessada inabilitada, por falta de condição de participação.

4.2.6.3 A Comissão Especial da Chamada Pública, ao seu exclusivo critério, poderá admitir o saneamento de eventuais falhas ou mesmo determinar a apresentação de documentação complementar.

4.3 Da entrega do envelope e habilitação do credenciado

4.3.1 O envelope contendo a documentação referente à habilitação deverá estar organizada rigorosamente na ordem em que foi solicitada no presente edital, deverá ser apresentado lacrado e rubricado no fecho e, de preferência, opacos, tendo no seu frontispício o seguinte dizer:

ENVELOPE – “DOCUMENTAÇÃO” À COMISSÃO ESPECIAL DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2018/SEMS DATA DE ABERTURA: ____/____/2018 HORÁRIO: ____HORAS (Nome completo do interessado)

4.3.2 O envelope de “DOCUMENTAÇÃO” dos interessados em credenciar-se deverá ser entregue à Comissão da Chamada Pública no seguinte local: Secretaria Municipal de Saúde Sito à Rua Coronel Ponciano nº 900, Parque dos Jequitibás, Departamento de Gestão Estratégica - Sala 03.

4.3.4 O interessado poderá se fazer representar na sessão, diretamente ou indiretamente, apresentando comprovação dos poderes de representação, por meio de instrumentos públicos ou particulares, devidamente autenticados.

4.3.4.1. Para fins de comprovação dos poderes para manifestar-se durante as fases do processo de Chamada, o representante legal ou procurador deverá apresentar-se ao Presidente da Comissão Especial de Chamada Pública, munido dos seguintes documentos.

I. Para Sócios, Proprietários ou Dirigentes.

- a. Cópia autenticada da cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial;
- b. Cópia autenticada do Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário individual;
- c. Cópia autenticada do Contrato Social ou Estatuto em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d. Cópia autenticada do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus



administradores, no caso de sociedade empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI;

e. Cópia autenticada do Ato Constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedades simples.

II. Para Procuradores.

a. Os documentos indicados nas alíneas “b” a “e” supra, conforme o caso, que comprove os poderes do mandante para a outorga;

b. Procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida em cartório, da qual deverá constar a outorga de poderes para, em nome do interessado, praticar todos atos inerentes ao certame;

c. Cópia autenticada do documento de identidade do procurador e do sócio administrador.

4.3.4.2. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma interessada.

4.3.4.3. A ausência de representação ou a incorreção de qualquer dos documentos exigidos no subitem 4.3.4.1, deste edital, não inabilitará a interessada e não impedirá o representante de participar do referido processo, mas obstará o representante de se manifestar e responder pela mesma no transcurso do certame, somente poderá acompanhá-la, na condição de cidadão, sem interferir, perturbar ou impedir a sua realização.

4.3.4.4. Os interessados que, por ocasião da comprovação da representação, apresentarem a documentação relativa à habilitação jurídica, ficam dispensadas de reapresentá-la no momento de aferição da habilitação.

5. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Os interessados deverão aceitar os valores de referência à prestação dos serviços constantes da Tabela de Procedimentos do Ministério da Saúde que serão reajustados na mesma proporção, índices e épocas dos reajustes determinados pelo Ministério da Saúde.

5.2 Os interessados são responsáveis pela continuidade do tratamento dos pacientes, inclusive nos dias de feriados.

5.3 A sala para atendimento ao paciente “HbsAg+” será opcional, caso o estabelecimento de diálise celebre convênio ou contrato formal com outro serviço para o atendimento destes pacientes. (Redação dada pela PRT GM/MS 1675 de 07.06.2018), o qual deverá executar suas atividades neste Município.

5.4 A Administração não se obriga a contratar todos os serviços ofertados, mas na quantidade necessária viável para atender a demanda do Município de Dourados.

5.5 A Contratada deverá atender a todos os procedimentos contratados responsabilizando-se pelos mesmos.

5.6 Os itens previstos na cláusula segunda, item 2.1, poderão sofrer alterações (inclusão ou exclusão de novos procedimentos e/ou exames) conforme determinação do Ministério da Saúde.



5.7 Serão de inteira responsabilidade da Contratada as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais e trabalhistas resultantes da execução do contrato.

6. DO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS

6.1 Os credenciados contratados atenderão em estabelecimentos próprios no Município de Dourados, podendo terceirizar apenas os serviços que a Portaria n. 389/2014, suas alterações e legislações correlatas, permissionam, os quais devem possuir estrutura técnica operacional compatível com a realização do procedimento, considerando as condições previstas neste edital e em conformidade com encaminhamentos feitos pela Secretaria Municipal de Saúde.

6.2 Não há, por parte do Município, obrigatoriedade contratação e, havendo contratação, não há obrigação ou garantia de um número mínimo de atendimentos.

6.3 As autorizações para realização dos procedimentos serão emitidas pela Central de Regulação Municipal, de acordo com a demanda de pacientes e a distribuição dos serviços entre os prestadores credenciados segundo a capacidade atendimento apresentada por cada um.

6.4 Os pacientes serão recebidos e tratados segundo critérios de isonomia entre todos os pacientes do prestador, sem quaisquer formas de discriminação.

6.5 A qualidade dos serviços estará sujeita à fiscalização permanente do Município.

6.6 Não será permitida a utilização de estagiários para os fins de gerar atendimento aos usuários do SUS. Os estagiários também não podem ser contabilizados como recursos humanos existentes para planejamento da programação física da unidade.

6.7 A assistência deverá ser prestada a qualquer indivíduo que dela necessite, para atender a demanda submetida à regulação e autorização da Central de Regulação Municipal, observada a sistemática do Sistema Único de Saúde – SUS.

6.8 Os serviços a serem contratados deverão prestar assistência ao paciente portador de doença renal crônica, obedecendo aos critérios definidos pela RDC/ANVISA n. 11, de 13/03/2014 (ou outra que vier a substituí-la) que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Diálise e dá outras providências e Portaria GM/MS nº. 389, de 13/03/2014 (ou outra que vier a substituí-la), suas alterações e legislações correlatas, que define os critérios para a organização da linha de cuidado da Pessoa com Doença Renal Crônica.

6.9 Deverá utilizar-se da regulação das urgências para o encaminhamento ou transferência da pessoa com DRC para os estabelecimentos de saúde hospitalares de referência, previamente pactuados locorregionalmente, quando estas pessoas estiverem no estabelecimento de atenção especializada ambulatorial em DRC e necessitarem, naquele momento, de cuidados imediatos em urgência.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO APÓS A CONTRATAÇÃO



7.1 Manter a qualidade dos serviços e sujeitar-se à fiscalização permanente do município.

7.2 Manter o CNES dos profissionais que atuam junto ao estabelecimento dos quais o Ministério da Saúde exige cadastramento, devidamente atualizado para fins de faturamento dos serviços prestados.

7.3 Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente, a terceiros, aos pacientes ou ao município, durante a execução dos serviços objeto deste edital.

7.4 Informar à Secretaria Municipal de Saúde qualquer alteração que importe perda, total ou parcial, dos requisitos profissionais ou pessoais exigidos como condição para o credenciamento e critérios de classificação no Banco de Prestadores.

7.5 Apresentar documentação exigida, a qualquer tempo, pela Secretaria Municipal de Saúde.

7.6 É de responsabilidade exclusiva e integral do credenciado, a utilização de pessoal para execução dos respectivos procedimentos, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Município ou para o Ministério da Saúde.

7.7 Cumprirá ao Contratado, seguir os critérios e rotinas determinados pelo Gestor de Saúde para fins de manutenção da contratação.

7.8 Deverá ainda na execução dos serviços:

I - prestar os primeiros atendimentos ao paciente nos casos de intercorrências que ocorrerem durante o processo de diálise, garantindo a estabilização do paciente;

II - dar continuidade à assistência por meio da regulação de urgência e emergência, que deverá garantir o transporte do paciente e a continuidade da assistência necessária para as referências previamente pactuadas locorregionalmente.

7.9 Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação administrando produtos para saúde que não tenham registro na ANVISA e procedimentos que não sejam reconhecidos pelo CRM.

7.10 Atender aos pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre boa qualidade na prestação dos serviços.

7.11 Afixar aviso, em local visível, de sua condição de entidade integrante do SUS para prestação de serviços de saúde.

7.12 Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional previsto neste contrato, encaminhando cópia ao gestor de saúde quando solicitado.

7.13 Notificar o CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social ou de mudança em sua diretoria ou seu estatuto, enviando ao CONTRATANTE, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da certidão do cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

7.14 Submeter-se à regulação instituída pelo gestor de saúde no que diz respeito aos serviços ora contratados.

7.15 Apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto.



7.16 Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços.

7.17 Garantir o acesso do Conselho Municipal de Saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização.

7.18 Cumprir as diretrizes da Política Nacional de Humanização PNH.

7.19 Submeter-se a avaliações sistemáticas de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde.

7.20 Garantir o acesso do componente municipal de auditoria nas dependências das unidades para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços de saúde contratados.

7.21 Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes e o respectivo arquivo.

7.22 Atender os encaminhamentos feitos pelo Núcleo de Regulação de Procedimentos Ambulatoriais.

7.23 Apresentar até o 5º dia útil, juntamente com a documentação prevista no ITEM 10 , a Escala Mensal de utilização das máquinas de hemodiálise por turno de atendimento contendo os seguintes itens:

- nome paciente;
- tipo de convênio;
- nº de série da máquina;
- nº da máquina (sequencial englobando as máquinas das salas);
- turno de atendimento.

7.24 Providenciar que conste anexada na máquina de Hemodiálise nº da máquina, nº de série da máquina, nome dos pacientes que utilizam a máquina.

7.25 A CONTRATADA obriga-se a informar ao Departamento de Gestão Estratégica e a Central de Regulação, de acordo com a periodicidade estabelecida pela mesma, os seguintes dados:

- a) o número de vagas disponíveis e saídas de pacientes (alta, óbito, abandono) por modalidade de diálise, por turnos, dias, e perfil sorológico;
- b) o horário da agenda para avaliação de pacientes encaminhados ,que não poderá ultrapassar 7(sete)dias corridos, contados a partir da data de liberação da vaga pela Central;
- c) toda a movimentação dos pacientes em tratamento e acompanhados pelo serviço; e
- d) comunicar à Central de Regulação no caso de haver recusado encaminhamento de paciente o qual deve ser justificado.

7.26 É de responsabilidade da Contratada a confecção de fístula arterio-venosa de acesso à hemodiálise ou o implante de cateter para diálise peritoneal.

7.27 Cumprir os critérios e rotinas determinados pelo gestor de saúde para fins de manutenção da contratação.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



- 8.1. Transferir os recursos financeiros previstos no Contrato a CONTRATADA observado os prazos e condições estipulados;
- 8.2. Implementar os protocolos para a regulação de acesso às ações e serviços;
- 8.3. Regular o acesso dos usuários às ações e serviços de saúde, por meio de centrais de regulação, de acordo com o estabelecido na Política Nacional de Regulação;
- 8.4. Cumprir as regras de alimentação e processamento dos seguintes sistemas: Sistema de Informação Ambulatorial-SIA, Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES, Sistema Nacional de Regulação-SISREG e outros sistemas que venham a ser criados no âmbito da atenção ambulatorial no SUS, no que se refere às informações da CONTRATADA;
- 8.5. Garantir, sempre que couber, a inclusão da CONTRATADA, em políticas prioritárias, já existentes ou que venham a surgir estabelecidas pela gestão local, estadual e ou nacional do SUS;
- 8.6. Controlar, avaliar, monitorar e auditar, as ações e serviços de saúde contratados, bem como, acompanhar o alcance das metas qualitativas e/ou quantitativas conforme pactuadas;
- 8.7. Garantir dispositivos de autorização prévia dos procedimentos ambulatoriais e de, salvo em situações em que fluxos sejam definidos "a priori" com autorização "a posteriori";
- 8.8. Processar a totalidade da produção ambulatorial apresentada pela CONTRATADA, no mês de competência, alimentando a base de dados nacional do SIA;
- 8.9. A execução do contrato será avaliada pelos órgãos competentes do SUS mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, a verificação dos dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados. Poderá, em casos específicos, ser realizada auditoria específica.

9. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.1. São ações e serviços a serem executados pelo estabelecimento, os elencados no ITEM 2 presente Edital.
- 9.2. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas atualizações, observando-se as diretrizes do SUS e as boas práticas de medicina, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 9.3. Os serviços serão realizados pelo período de duração do contrato, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
- 9.4. A eventual mudança de endereço dos locais de prestação dos serviços ora contratados será imediatamente comunicada ao CONTRATANTE, que analisará a conveniência de mantê-los, podendo, ainda, rever as condições do contrato e, até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente.
- 9.5. A mudança do Responsável Técnico pelos serviços também será comunicado ao CONTRATANTE.



9.6. Durante a vigência deste contrato, a CONTRATADA fica abrigada a disponibilizar a totalidade de procedimentos contratados, sendo que qualquer alteração, durante a vigência contratual, deverá ser devidamente justificada e submetida à análise da Secretaria Municipal de Saúde, que poderá requerer pareceres de departamentos técnicos para analisar o pedido do prestador.

9.7. A execução dos serviços que constituem o objeto do contrato fica a cargo da CONTRATADA, independentemente dos serviços que eventualmente venham a ser, por ela, contratados com terceiros para a sua perfeita execução, sem qualquer ônus ao Contratante.

9.8. É vedada a cobrança da assistência devida aos pacientes submetidos aos serviços ora contratados, responsabilizando-se a CONTRATADA pelas cobranças feitas ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto em razão da execução deste contrato.

9.9. É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto do contrato, incluído os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE.

9.10. Será de responsabilidade da Contratada, utilizar da regulação das urgências para o encaminhamento ou transferência da pessoa com DRC para os estabelecimentos de saúde hospitalar de referência, previamente pactuados locorregionalmente, quando estas pessoas estiverem no estabelecimento de atenção especializada ambulatorial em DRC e necessitarem, naquele momento, de cuidados imediatos em urgência.

9.11. A Contratada deverá ainda na execução dos serviços:

I - prestar os primeiros atendimentos ao paciente nos casos de intercorrências que ocorrerem durante o processo de diálise, garantindo a estabilização do paciente;

II - dar continuidade à assistência por meio da regulação de urgência e emergência, que deverá garantir o transporte do paciente e a continuidade da assistência necessária para as referências previamente pactuadas locorregionalmente.

9.12. Será de responsabilidade da Contratada, a substituição dos profissionais que compõem as equipes de trabalho, por outros de mesma qualificação, nos períodos de férias, inclusive de modo que os profissionais contratados em substituição estejam incluídos no CNES do estabelecimento contratado.

9.13. A Contratada será responsável pela continuidade do tratamento dos pacientes, inclusive nos dias de feriados.

9.14. A sala para atendimento ao paciente "HbsAg+" será opcional, caso o estabelecimento de diálise celebre convênio ou contrato formal com outro serviço para o atendimento destes pacientes. (Redação dada pela PRT GM/MS 1675 de 07.06.2018), o qual deverá executar suas atividades neste Município.

9.15. A Administração não se obriga a contratar todos os serviços ofertados, mas na quantidade necessária viável para atender a demanda do Município de Dourados.

9.16. A Contratada deverá atender a todos os procedimentos contratados responsabilizando-se pelos mesmos.



10. DO PAGAMENTO

10.1 A CONTRATADA deverá utilizar o Sistema SIA – Sistema de Informação Ambulatorial/SUS – Sistema Único de Saúde Sistema (SIA/SUS) para realização do fechamento de sua produção mensal, que será validado e pago após a conferência com o relatório de produção do Sistema Nacional de Regulação.

10.1.1 O relatório de produção mensal deverá ser entregue no Núcleo de Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde até o quinto dia do mês subsequente à prestação dos serviços, juntamente com os documentos comprobatórios da efetiva execução dos serviços conforme as normas e rotinas do Núcleo de Controle, Avaliação e Faturamento, devendo seguir os moldes preconizados pelo DATASUS: Boletim de Produção Ambulatorial – BPA; Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado - BPA-I; e, Autorização de Procedimento Ambulatorial de Alto Custo – APAC e outros que vierem a sucedê-los ou que forem acrescidos. Sendo que o Sistema utilizado para o processamento da produção é o Sistema de Informação Ambulatorial - SIA/SUS do Ministério da Saúde. Só na APAC de início do Tratamento deverá ainda encaminhar a solicitação médica do procedimento (1ª via em original), cópia dos documentos pessoais e do cartão SUS dos pacientes, autorização do procedimento ambulatorial emitida pelo Núcleo de Regulação de Procedimentos Ambulatoriais via SISREG.

10.1.1.2 A Contratada fica obrigada a apresentar além das APACs, cópias das Folhas de Estatística Mensal de Diálise e Folhas de controle individual de frequência em tratamento de diálise (CFID).

10.1.1.3 O Núcleo de Controle, Avaliação e Faturamento da Secretaria Municipal de Saúde, após a revisão das contas apresentadas, procederá ao processamento das mesmas junto ao Sistema de Informação Ambulatorial SIA/SUS do Ministério da Saúde, conforme cronograma do próprio Ministério da Saúde. Após, emitirá relatório de pagamento com o valor final apurado.

10.1.1.4 Com base no valor final apurado, o prestador deverá apresentar a Nota Fiscal, juntamente com as Certidões de regularidade fiscal, observando-se o disposto na Instrução Normativa nº 01 de 13.02.13, publicada no Diário Oficial do Município de 27.02.2013, ao Núcleo de Controle e Avaliação que encaminhará ao gestor do contrato para o respectivo “aceite” e “atesto”. Em seguida, procederá no encaminhamento da documentação ao Departamento Financeiro para efetuar o pagamento.

10.1.1.5 O pagamento será efetuado mensalmente através da apresentação da Nota Fiscal, devidamente conferida e aceita pela CONTRATANTE, mediante depósito em conta bancária, correspondente aos serviços efetivamente prestados para atendimento da demanda SUS multiplicado pelo valor correspondente a cada procedimento de acordo com os preços previstos na Tabela SUS.

10.1.1.6 O pagamento dos serviços ambulatoriais prestados e devidamente processados e faturados nos moldes previstos anteriormente deverá ocorrer até o quinto dia útil, após o cumprimento pelo Ministério da Saúde do seguinte:

- a) Efetivo crédito na conta bancária do Fundo Municipal de Saúde, pelo Fundo Nacional de Saúde (entendido como a inserção do mesmo na receita corrente líquida do ente público municipal).



10.1.1.7 Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento, será entregue ao CONTRATADO recibo, assinado ou rubricado pelo servidor do CONTRATANTE, com aposição do respectivo carimbo funcional.

10.1.1.8. As contas rejeitadas pelo serviço de processamento de dados serão devolvidas ao CONTRATADO para as correções cabíveis, no prazo de 10 (dez) dias, devendo ser reapresentadas até o quinto dia útil do mês subsequente àquele em que ocorreu a devolução, sendo que o documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo.

10.1.1.9. Caso se constate erro ou irregularidade nas Notas Fiscais, o CONTRATANTE, a seu critério, poderá devolvê-los para as devidas correções, ou aceitá-los, com a glosa da parte que considerar indevida.

10.1.1.10. Na hipótese de devolução, as Notas Fiscais serão consideradas como não apresentadas, para fins de atendimento das condições contratuais.

10.1.1.11. O CONTRATANTE não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

10.1.1.8 O Município efetuará a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos feitos aos Credenciados pelos serviços prestados.

10.1.1.9 A Contratada deverá ainda, como condição para o pagamento, responsabilizar-se por dar baixa ou confirmar, a execução dos procedimentos executados via SISREG.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da contratação de serviços objeto deste contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

12.00 – Secretaria Municipal de Saúde

12.02. Fundo Municipal de Saúde

10.302.015 Atenção de Média e AltaComp.Amb. Hosp. Urgência e Emerg.

2.095 – Manutenção da Rede de Atenção a Saúde Especializada, Ambulatorial e Hospitalar

33.90.39.00– Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

11.2 Estima-se os gastos com a contratação, para um período de 30 (trinta) meses, o valor global de R\$ 4.217.916,00 (quatro milhões, duzentos e dezessete mil, novecentos e dezesseis reais), sendo o valor mensal estimado R\$ 140.597,20 (cento e quarenta mil, quinhentos e noventa e sete reais e vinte centavos)

11.3 A execução em exercícios posteriores correrá por conta de Dotação Orçamentária a ser estipulada.

11.4 As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta dos recursos da União (Teto da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – MAC e do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação – FAEC).



12. FORMALIZAÇÃO DO VÍNCULO CONTRATUAL

12.1 A Secretaria Municipal de Saúde efetivará as contratações, com base no Banco de Prestadores Credenciados por meio do Presente Edital, mediante o atendimento ao disposto no mesmo e nas normas vigentes pertinentes a matéria, conforme minuta de contrato constante no Anexo VII, deste Edital.

12.2 Os contratos serão encaminhados para análise e deliberação da Comissão Intergestora Bipartite - CIB/MS e CIR (Comissão Intergestora Regional).

12.2.1 Com a aprovação das comissões a documentação (contrato) será encaminhada à Coordenação Geral de Média e Alta complexidade do Ministério da Saúde para habilitação.

12.3 Somente após a habilitação da instituição junto ao Ministério da Saúde e a devida publicação oficial, será dada a ordem de início de execução dos serviços.

12.4 Caso a instituição não obtenha a aprovação das Comissões ou do Ministério da Saúde o contrato será rescindido, não gerando nenhuma obrigação ao Município.

12.5 A Administração não se obriga a contratar todos os serviços ofertados, mas a quantidade necessária para atender a demanda do Município.

12.6 As pessoas jurídicas credenciadas neste edital de chamada pública terão mera expectativa de direito quanto à contratação.

12.7 A contratação dos prestadores devidamente credenciados pela Comissão de Chamada Pública da Secretaria Municipal de Saúde de Dourados, na forma do presente Edital, ocorrerá mediante a celebração de contrato de prestação de serviços, fundamentado no que dispõe o art. 25 "caput" da Lei nº. 8666/93, seguindo as condições previstas neste Edital e de acordo com a minuta do Anexo VII, tendo em vista que a competição resta faticamente impossibilitada, já que o preço ofertado pelos serviços é tabelado, sendo de interesse da coletividade que o maior número possível de Empresas especializadas em serviços de Nefrologia participem, no intuito de ampliar e facilitar o acesso da população.

12.8 Em havendo mais de um prestador credenciado para a realização dos serviços de saúde a serem contratados, a quantidade estimada de contratação dos procedimentos deve ser distribuída entre os mesmos, levando-se em consideração a capacidade de atendimento de cada um conforme a oferta e a demanda aprovada durante o credenciamento.

12.9 No momento da assinatura do contrato, caso não haja aceitação do prestador credenciado, deverá ser assinado Termo de Desistência.

12.10 Havendo desistência de contratação de algum prestador credenciado, a sua quantidade estimada de serviços, bem como o seu respectivo limite financeiro contratual, serão redistribuídos entre os demais credenciados.

12.11 Caso, durante o prazo de vigência contratual, o prestador esgote a quantidade de serviços estimada no contrato e seu respectivo limite financeiro, o município poderá, havendo disponibilidade orçamentária, propor ao prestador a celebração de um termo aditivo, acrescendo ao contrato originário a quantidade estimada necessária para a continuidade dos serviços até o fim do prazo de vigência do contrato, sem prejuízo do previsto no art. 65, da Lei 8.666/93.



12.12 Os serviços a serem contratados tem natureza de serviços contínuos para satisfazer as necessidades permanentes e essenciais dos programas de saúde pública municipal, motivo pelo qual o contrato terá vigência de 30 (trinta) meses a partir da data de sua assinatura, prorrogável por igual e sucessivo período até o limite de 60 (sessenta) meses nos moldes do art. 57, inciso II, da Lei nº 8666/93.

13. DO DESCREDENCIAMENTO

13.1 Na hipótese do credenciado inadimplir, total ou parcialmente, suas obrigações contratuais, a Administração poderá suspender, imediatamente, os encaminhamentos e, garantida prévia defesa, rescindir o contrato e descredenciar o prestador, a bem do interesse público.

13.2 Durante a prestação dos serviços, o prestador fica proibido de:

13.2.1 cobrar qualquer sobretaxa ao previsto na Tabela SUS para a execução dos procedimentos;

13.2.2 cobrar quaisquer serviços, direta ou indiretamente ao usuário;

13.2.3 exigir que o usuário assine fatura ou guia de atendimento em branco;

13.2.4 solicitar qualquer tipo de doação.

13.2.5 O prestador será descredenciado nos casos de descumprimento de regras e condições fixadas para o atendimento, sendo excluído do rol de credenciados de forma imediata.

14. DA FORMAÇÃO DO BANCO DE PRESTADORES

14.1 O Banco de Prestadores de serviços ambulatoriais na linha de cuidado da pessoa com Doença Renal Crônica (DRC) na especialidade de Nefrologia será formado pelas pessoas jurídicas credenciadas após análise da documentação apresentada à Comissão de Chamada Pública da Secretaria Municipal de Saúde.

14.2 Os prestadores serão credenciados para os serviços objeto do presente Edital, se forem considerados aptos pela Comissão, segundo o cumprimento dos requisitos mínimos nele estabelecidos, e para o atendimento da demanda semanal previamente indicada nas documentações apresentadas.

14.3 Se o prestador indicar capacidade para atendimento de uma demanda cujo fluxo semanal de pacientes não for compatível com sua infra-estrutura e disponibilidade de profissionais averiguada pela Comissão mediante análise da documentação apresentada a demanda autorizada para o prestador será, formalmente, readequada, conforme o caso, dentro da legalidade.

14.4 A manutenção do credenciamento dos prestadores ficará sujeita ao resultado das avaliações realizadas durante as visitas técnicas do componente municipal de auditoria.



15. DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1 Ante ao disposto no Artigo nº 67 da Lei Federal nº 8666/93, a gestão/fiscalização do presente contrato e de seu objeto será realizado pela Contratante por meio do Servidor Público, designado para tanto, por meio de Resolução publicada no Diário Oficial de Dourados ou instrumento equivalente, para avaliação dos serviços ora contratos e pelo atesto de cumprimento da efetiva despesa e das obrigações contratuais.

16. DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

16.1 Qualquer cidadão poderá solicitar por escrito esclarecimentos, providências ou impugnar o presente edital, protocolizando pedido dirigido à Comissão de Chamada Pública, até 02 dias úteis antes da data fixada para a sessão de credenciamento, sob pena de decadência.

16.1.1 Os candidatos ao credenciamento no Banco de Prestadores da Secretaria Municipal de Saúde terão o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de recurso contra a inabilitação, contados a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Município.

16.2 Os recursos serão apreciados pela Comissão de Chamada Pública no prazo de 05 (cinco) dias, e a decisão final competirá ao Secretário (a) Municipal de Saúde.

16.3 Os interessados são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase do processo de Chamada Pública. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata inabilitação do interessado que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido credenciado e contratado, implicará na rescisão do contrato e descredenciamento do interessado do Banco de Prestadores, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, em ambos os casos, só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Dourados.

16.5 A homologação do resultado do credenciamento não implicará em direito futuro.

16.6 Caso o número de credenciados seja mínimo ou venha a se tornar baixo em razão de descredenciamentos, tornando-se insuficiente para atender a demanda, o presente procedimento poderá ser republicado no interesse da SEMS, para realização de novos credenciamentos pela Comissão, obedecidos os mesmos critérios e condições estabelecidos neste instrumento.

16.7 O foro da comarca de Dourados – MS, é competente para dirimir questões referentes a este edital de Chamada Pública, com renúncia a qualquer outro, mesmo que privilegiado.

Dourados-MS, 03 de Outubro de 2019.

Berenice de Oliveira Machado Souza
Secretária Municipal de Saúde



ANEXO I

Modelo de Formulário de Credenciamento

Ilmo (a) Sr(a). Secretário(a) Municipal de Saúde,

A Entidade/Empresa _____, com sede na Rua _____ n.º _____, Bairro _____, CEP: _____, Cidade de _____ (MS), inscrita no CNPJ/CPF sob o n.º _____, vem solicitar seu credenciamento para futura contratação e inclusão no Banco de Prestadores de Serviços de Saúde do Município de Dourados, objetivando a realização de Procedimentos de Apoio a Diagnose e Terapia, destinado ao atendimento da demanda de usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Dourados nos termos do Edital n.º 002/2019/SEMS de Chamada Pública.

Dourados, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do Representante Legal
Carimbo com CNPJ

Obs. Deve ser emitido preferencialmente em documento com o timbre da empresa/entidade



ANEXO II
Modelo de Proposta de Trabalho

Ilmo (a) Sr(a). Secretário(a) Municipal de Saúde,

A Entidade/Empresa _____, com sede na Rua _____ n.º _____, Bairro _____, CEP: _____, Cidade de _____ (MS), inscrita no CNPJ/CPF sob o n.º _____, vem apresentar sua proposta de trabalho para fins de credenciamento nos termos do Edital nº. 002/2019/SEMS de Chamada Pública.

Local dos atendimentos:	
Horário de Funcionamento:	
Número de atendimentos/exames diário/semanal reservados para o SUS:	
Informações adicionais: (opcional)	

Dourados, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do Representante Legal
Carimbo com CNPJ

Obs. Deve ser emitido preferencialmente em documento com o timbre da empresa/entidade



ANEXO III

Declaração de inexistência de fato superveniente

Ilmo (a) Sr(a). Secretário(a) Municipal de Saúde,

A Entidade/Empresa _____, com sede na Rua/Avenida _____ n.º _____, Bairro _____, Cidade de _____ (MS), Estado de Mato Grosso do Sul, CEP n.º _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o n.º _____, por seu representante legal abaixo assinado, titular do RG n.º _____ e inscrito no CPF sob o n.º _____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data não existem fatos impeditivos para o seu credenciamento nos termos do Edital n.º 001/2018/SEMS de Chamada Pública da Secretaria Municipal de Saúde, e manifesta-se ciente da obrigação de informar ocorrências posteriores para a mesma finalidade.

Dourados, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do Representante Legal
Carimbo com CNPJ

Obs. Deve ser emitido preferencialmente em documento com o timbre da empresa/entidade



.ANEXO IV

Declaração art. 7º, XXXIII da Constituição Federal

A Entidade/Empresa _____, com sede na Rua/Avenida _____ n.º _____, Bairro _____, Cidade de _____ (MS), Estado de Mato Grosso do Sul, CEP n.º _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o n.º _____, por seu representante final abaixo assinado, titular do RG n.º _____ e inscrito no CPF sob o n.º _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Dourados, _____ de _____ de 2019.

Assinatura
Carimbo com CNPJ

Obs. Deve ser emitido preferencialmente em documento com o timbre da empresa/entidade



ANEXO V

Declaração de Aceite e Disponibilidade

A Entidade/Empresa _____, com sede na Rua/Avenida _____ n.º _____, Bairro _____, Cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, CEP n.º _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o n.º _____, por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA:

1) que conhece e aceita as condições de remuneração dos serviços, em conformidade com o previsto neste Edital, e que estão de acordo com as condições estabelecidas de repasse dos recursos.

2) que tem disponibilidade para prestar atendimento, conforme as normas fixadas pela Secretaria Municipal de Saúde e segundo as regras estabelecidas nas normativas que disciplinam os serviços objeto do presente Edital.

Dourados, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do Representante Legal

Carimbo com CNPJ

Obs. Deve ser emitido preferencialmente em documento com o timbre da empresa/entidade



ANEXO VI

Declaração de inexistência de fatos impeditivos a participação da licitação nos Termos do art. 9º da Lei Federal nº8666/93

Ilmo (a) Sr(a). Secretário(a) Municipal de Saúde,

A Entidade/Empresa _____, com sede na Rua/Avenida _____ n.º _____, Bairro _____, Cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, CEP n.º _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o n.º _____, por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para fins de credenciamento nos termos do Edital nº. 002/2019/SEMS de Chamada Pública da Secretaria Municipal de Saúde, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, quanto a existência de fatos impeditivos a participação da licitação nos Termos do art. 9º da Lei Federal nº8666/93

Dourados-MS , _____ de _____ de 2019.

Assinatura do Representante Legal
Carimbo com CNPJ

Obs. Deve ser emitido preferencialmente em documento com o timbre da empresa/entidade



ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DOURADOS, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E _____, EM DECORRÊNCIA DO EDITAL Nº. 002/2019/SEMS DE CHAMADA PÚBLICA, PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº ____/2019.

O MUNICÍPIO DE DOURADOS, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Coronel Ponciano, n.º 1.700, Parque dos Jequitibás, em Dourados/MS, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.155.926/0001-44, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ n. 13.896.863/0001-30, estabelecido a Rua Coronel Ponciano, 900, Parque dos Jequitibás, neste ato representado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, por meio do Senhora Secretária **BERENICE DE OLIVEIRA MACHADO SOUZA**, brasileira, casada, assistente social, portadora do RG n.º 45485 SSP/MS e do CPF n.º 250.386.131-87, residente e domiciliada na Rua Duque de Caxias, n.º 720, Jardim Caramuru, Dourados-MS, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado _____, inscrita no CNPJ, sob o n.º _____, com sede na _____, nesta cidade de Dourados, denominada Contratada, neste ato representada por seu representante legal _____, portador do RG n.º _____, e do CPF. n.º _____, residente e domiciliado na _____, na cidade de _____, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 e seguintes;; Lei Federal 8.080/90, Lei 8.142/1990, Lei Federal n.º. 8.666/1993; Lei Federal n.º 12.846/2013 de 1º de agosto de 2013; Portaria GM/MS n.º 389/2014, Portaria GM/MS n.º 1.535/2014; RDC/ANVISA n. 11 de 13 de março de 2014; Portaria GM/MS 1.646/2015; Decreto Presidencial n.º 8.420/2015; Portaria GM/MS 584/2015; Portaria de Consolidação n.º 1, de 28 de setembro de 2017; Portaria de Consolidação n.º 2, de 28 de setembro de 2017; Portaria de Consolidação n. 03 de 28 de setembro de 2017; Portaria de Consolidação n. 06 de 28 de setembro de 2017; Portaria GM/MS n. 1.675 de 07 de junho de 2018; Portaria GM/MS n.º 3.603, 22 de novembro de 2018, o Processo de Chamada Pública Edital n.º. 002/2019/SEMS da Secretaria Municipal de Saúde decorrente da Inexigibilidade de Licitação n.º. _____, com fundamento no art. 25, *caput*, da Lei n.º. 8.666/93, e todas as outras normas Ministeriais vigentes que regulem os serviços objeto deste instrumento, celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços de Assistência à Saúde, mediante as cláusulas e condições seguintes:



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

01.01. Constitui objeto do presente instrumento a contratação de estabelecimento de saúde credenciado para prestar serviços de assistência à saúde, de forma complementar, de acordo com as diretrizes Clínicas da Portaria n. 389 GM/MS de 13 de março de 2014, suas alterações e legislações correlatas, no cuidado do paciente com doença renal crônica – DRC, especificamente, na prestação de serviços ambulatoriais de Nefrologia no Sistema único de Saúde, conforme abaixo especificado:

GRUPO 03 - PROCEDIMENTOS CLÍNICOS					
SUB-GRUPO 01 - ACOMPANHAMENTOS / CONSULTAS / ATENDIMENTOS		QTDE MENSAL	ORÇAMENTÁRIO		
			UNITÁRIO	MENSAL	ANUAL
03.01.01.004-8	CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXCETO MÉDICO)		6,30		
03.01.01.007-2	CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA		10,00		
TOTAL SUB GRUPO 1					

SUB-GRUPO 05 - TRATAMENTO CLÍNICO		QTDE MENSAL	ORÇAMENTÁRIO		
			UNITÁRIO	MENSAL	ANUAL
03.05.01.009-3	HEMODIÁLISE (MÁXIMO 1 SESSÃO POR SEMANA - EXCEPCIONALIDADE)		194,20		
03.05.01.010-7	HEMODIÁLISE - MÁXIMO 3 SESSÕES POR SEMANA		194,20		
03.05.01.011-5	HEMODIÁLISE EM PACIENTE COM SOROLOGIA POSITIVA PARA HIV E/OU HEPATITE B E/OU HEPATITE C (MÁXIMO 3 SESSÕES POR SEMANA)		265,41		
03.05.01.012-3	HEMODIÁLISE EM PACIENTE COM SOROLOGIA POSITIVA PARA HIV E/OU HEPATITE B E/OU HEPATITE C (EXCEPCIONALIDADE - MÁXIMO 1 SESSÃO / SEMANA)		265,41		
TOTAL SUBGRUPO 05					

GRUPO 04 - PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS					
SUB-GRUPO 18 CIRURGIAS EM NEFROLOGIA					
04.18.01 ACESSOS PARA DIÁLISE		QTDE MENSAL	ORÇAMENTÁRIO		
			UNITÁRIO	MENSAL	ANUAL
04.18.01.001-3	CONFECCAO DE FISTULA ARTERIO-VENOSA C/ ENXERTIA DE POLITETRAFLUORETILENO (PTFE)		1.453,85		
04.18.01.002-1	CONFECCAO DE FISTULA ARTERIO-VENOSA C/ ENXERTO AUTOLOGO		685,53		
04.18.01.003-0	CONFECCAO DE FISTULA ARTERIO-VENOSA P/ HEMODIÁLISE		600,00		
04.18.01.004-8	IMPLANTE DE CATETER DE LONGA PERMANÊNCIA P/ HEMODIÁLISE		200,00		
04.18.01.006-4	IMPLANTE DE CATETER DUPLO LUMEN P/HEMODIÁLISE		115,81		
04.18.01.008-0	IMPLANTE DE CATETER TIPO TENCKHOFF OU SIMILAR P/ DPA/DPAC		400,00		
SUB TOTAL 04.18.01					
04.18.02 INTERVENÇÃO CIRURGICA EM ACESSOS HEMODIÁLISE		QTDE MENSAL	ORÇAMENTÁRIO		
			UNITÁRIO	MENSAL	ANUAL
04.18.02.001-9	INTERVENCAO EM FISTULA ARTERIO-VENOSA		600,00		
04.18.02.002-7	LIGADURA DE FISTULA ARTERIO VENOSA		600,00		
04.18.02.003-5	RETIRADA DE CATETER TIPO TENCKHOFF / SIMILAR DE LONGA PERMANÊNCIA		400,00		
SUB TOTAL 04.18.02					
TOTAL SUB GRUPO 04.18					

GRUPO 07 - ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM)					
SUB-GRUPO 02 ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS RELACIONADOS AO ATO CIRURGICO					
07.02.10 - ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM) NEFROLOGIA		QTDE	ORÇAMENTÁRIO		



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

		MENSAL	UNITÁRIO	MENSAL	ANUAL
07.02.10.001-3	CATETER LONGA PERMANENCIA P/ HEMODIALISE		482,34		
07.02.10.002-1	CATETER P/ SUBCLAVIA DUPLO LUMEN P/ HEMODIALISE		64,76		
07.02.10.009-9	DILATADOR PARA IMPLANTE CATETER DUPLO-LUMEN		21,59		
07.02.10.010-2	GUIA METALICO PARA INTRODUÇÃO CATETER DUPLO-LUMEN		15,41		
TOTAL GRUPO 07					
TOTAL TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA – TRS					

GRUPO 02 PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA		QTDE MENSAL	ORÇAMENTÁRIO		
SUB-GRUPO 02 DIAGNÓSTICOS EM LABORATÓRIO CLÍNICO			UNITÁRIO	MENSAL	ANUAL
02.02.01.002-3	DETERMINAÇÃO DE CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DO FERRO		2,01		
02.02.01.021-0	DOSAGEM DE CALCIO		1,85		
02.02.01.027-9	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL		3,51		
02.02.01.028-7	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL		3,51		
02.02.01.029-5	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL		1,85		
02.02.01.031-7	DOSAGEM DE CREATININA		1,85		
02.02.01.038-4	DOSAGEM DE FERRITINA		15,59		
02.02.01.039-2	FERRO SERICO		3,51		
02.02.01.042-2	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA		2,01		
02.02.01.043-0	DOSAGEM DE FOSFORO		1,85		
02.02.01.047-3	DOSAGEM DE GLICOSE		1,85		
02.02.01.050-3	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA		7,86		
02.02.01.060-0	DOSAGEM DE POTASSIO		1,85		
02.02.01.062-7	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES		1,85		
02.02.01.063-5	DOSAGEM DE SODIO		1,85		
02.02.01.065-1	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)		2,01		
02.02.01.066-0	DOSAGEM DE TRANSFERRINA		4,12		
02.02.01.067-8	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS		3,51		
02.02.01.069-4	DOSAGEM DE UREIA		1,85		
02.02.01.076-7	DOSAGEM DE 25 HIDROXI VITAMINA D		15,24		
02.02.02.030-4	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA		1,53		
02.02.02.037-1	HEMATOCRITO		1,53		
02.02.02.038-0	HEMOGRAMA COMPLETO		4,11		
02.02.03.030-0	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)		10,00		
02.02.03.063-6	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)		18,55		
02.02.03.067-9	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)		18,55		
02.02.03.097-0	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)		18,55		
02.02.03.078-4	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG E IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL)		18,55		
02.02.03.089-0	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)		18,55		
02.02.05.011-4	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)		2,04		
02.02.06.025-0	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)		8,96		
02.02.06.027-6	DOSAGEM DE PARATORMONIO		43,13		
02.02.06.037-3	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)		8,76		
02.02.07.008-5	DOSAGEM DE ALUMINIO		27,50		
02.02.08.007-2	BACTERIOSCOPIA (GRAM)		2,80		
02.02.08.008-0	CULTURA DE BACTERIAS P/IDENTIFICAÇÃO		5,62		
02.02.08.015-3	HEMOCULTURA		11,49		
02.02.01.073-2	GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCETO BASE)		15,65		



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TOTALSUB GRUPO 02.02					
SUB-GRUPO 02.04 DIAGNÓSTICOS POR RADIOLOGIA		QTDE MENSAL	ORÇAMENTÁRIO		
			UNITÁRIO	MENSAL	UNITÁRIO
02.04.03.015-3	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL)		9,50		
TOTAL SUB- GRUPO 02.04					
SUB-GRUPO 02.05 DIAGNÓSTICOS POR ULTRASSONOGRAFIA		QTDE MENSAL	ORÇAMENTÁRIO		
			UNITÁRIO	MENSAL	UNITÁRIO
02.05.02.004-6	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL		37,95		
02.05.02.005-4	ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINÁRIO		24,20		
TOTAL SUB- GRUPO 02.04					
SUB-GRUPO 02.11.02 DIAGNÓSTICOS EM CARDIOLOGIA		QTDE MENSAL	ORÇAMENTÁRIO		
			UNITÁRIO	MENSAL	UNITÁRIO
02.11.02.003-6	ELETROCARDIOGRAMA		5,15		
TOTAL SUB- GRUPO 02.04					
TOTAL GRUPO 02 PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA					
TOTAL GERAL (TOTAL TERAPIA RENAL SUBSTITUTIVA – TRS (FAEC) + TOTAL GRUPO 02 PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA)					

01.02. Em virtude da Secretaria Municipal de Saúde possuir uma demanda variável, estabelece-se:

- A CONTRATADA, na execução dos procedimentos elencados acima, obriga-se mensalmente em executar o quantitativo mínimo descrito em sua Proposta de trabalho (anexa) ao presente instrumento.
- O CONTRATANTE reserva-se ao direito de contratar os procedimentos necessários e na quantidade adequada à demanda estimada, de acordo com os parâmetros definidos por ela e pelo Ministério da Saúde e consoante a disponibilidade financeira e orçamentária.
- Não há por parte do CONTRATANTE, obrigação de encaminhamentos ou garantia de número mínimo de atendimentos para a CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

02.01. O CONTRATANTE pagará mensalmente a CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, a importância correspondente ao número de procedimentos realizados, conforme valores estipulados na Tabela SUS vigente, para a produção dos serviços ora contratados, onerando o Fundo Municipal de Saúde de Dourados (Teto da Média e Alta Complexidade) no limite do valor estimado para o contrato.



02.02. Estima-se o valor total do contrato para o período de 30 (trinta) meses em R\$_____.

02.03. A estimativa de pagamento mensal é de R\$ _____ pelos serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

03.01. O presente contrato terá a duração de 30 (trinta) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo por igual e sucessivo período, limitado a 60 (sessenta) meses, nos moldes do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

03.02. A parte que não se interessar pela prorrogação contratual deverá comunicar a outra parte, por escrito, a sua intenção, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.

03.03. Caso, durante o prazo de vigência contratual, o prestador esgote a quantidade de serviços estimada neste contrato e seu respectivo limite financeiro, o município poderá, havendo disponibilidade orçamentária, propor ao prestador a celebração de um termo aditivo, acrescendo ao contrato originário a quantidade estimada necessária para a continuidade dos serviços até o fim do prazo de vigência do contrato, sem prejuízo do previsto no art. 65 da Lei 8.666/93.

03.04 A gestão/fiscalização do presente contrato e de seu objeto será realizado pela Contratante por meio do Servidor Público, designado para tanto, por meio de Resolução SEMS nº. _____, publicada no Diário Oficial de Dourados nº _____, ou instrumento equivalente, para avaliação dos serviços ora contratos e pelo atesto de cumprimento da efetiva despesa e das obrigações contratuais.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

04.01. O CONTRATADO deverá utilizar o Sistema SIA – Sistema de Informação Ambulatorial/SUS – Sistema Único de Saúde Sistema (SIA/SUS) para realização do fechamento de sua produção mensal, que será validado e pago após a conferência com o relatório de produção do Sistema Nacional de Regulação.

04.01.01. O relatório de produção mensal deverá ser entregue no Núcleo de Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde até o quinto dia do mês subsequente à prestação dos serviços, juntamente com os documentos comprobatórios da efetiva execução dos serviços conforme as normas e rotinas do Núcleo de Controle, Avaliação e Faturamento, devendo seguir os moldes preconizados pelo DATASUS: Boletim de Produção Ambulatorial – BPA; Boletim de Produção Ambulatorial Individualizado - BPA-I; e, Autorização de Procedimento Ambulatorial de Alto Custo – APAC e outros que vierem a sucedê-los ou que forem acrescentados. Sendo que o Sistema utilizado



para o processamento da produção é o Sistema de Informação Ambulatorial - SIA/SUS do Ministério da Saúde. Só na APAC de início do Tratamento deverá ainda encaminhar a solicitação médica do procedimento (1ª via em original), cópia dos documentos pessoais e do cartão SUS dos pacientes, autorização do procedimento ambulatorial emitida pelo Núcleo de Regulação de Procedimentos Ambulatoriais via SISREG.

04.01.01.02. A Contratada fica obrigada a apresentar além das APACs, cópias das Folhas de Estatística Mensal de Diálise e Folhas de controle individual de frequência em tratamento de diálise (CFID).

04.01.01.03. O Núcleo de Controle, Avaliação e Faturamento da Secretaria Municipal de Saúde, após a revisão das contas apresentadas, procederá ao processamento das mesmas junto ao Sistema de Informação Ambulatorial SIA/SUS do Ministério da Saúde, conforme cronograma do próprio Ministério da Saúde. Após, emitirá relatório de pagamento com o valor final apurado.

04.01.01.04. Com base no valor final apurado, o prestador deverá apresentar a Nota Fiscal, juntamente com as Certidões de regularidade fiscal, observando-se o disposto na Instrução Normativa nº 01 de 13.02.13, publicada no Diário Oficial do Município de 27.02.2013, ao Núcleo de Controle e Avaliação que encaminhará ao gestor do contrato para o respectivo “aceite” e “atesto”. Em seguida, procederá no encaminhamento da documentação ao Departamento Financeiro para efetuar o pagamento.

04.01.01.05. O pagamento será efetuado mensalmente através da apresentação da Nota Fiscal, devidamente conferida e aceita pela CONTRATANTE, mediante depósito em conta bancária, correspondente aos serviços efetivamente prestados para atendimento da demanda SUS multiplicado pelo valor correspondente a cada procedimento de acordo com os preços previstos na Tabela SUS.

04.01.01.06. O pagamento dos serviços ambulatoriais prestados devidamente processados e faturados nos moldes previstos anteriormente deverá ocorrer até o quinto dia útil, após o cumprimento pelo Ministério da Saúde do seguinte:

- a) Efetivo crédito na conta bancária do Fundo Municipal de Saúde, pelo Fundo Nacional de Saúde (entendido como a inserção do mesmo na receita corrente líquida do ente público municipal).

04.01.01.07. Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento, será entregue ao CONTRATADO recibo, assinado ou rubricado pelo servidor do CONTRATANTE, com aposição do respectivo carimbo funcional.

04.01.01.08. As contas rejeitadas pelo serviço de processamento de dados serão devolvidas ao CONTRATADO para as correções cabíveis, no prazo de 10 (dez) dias, devendo ser reapresentadas até o quinto dia útil do mês subsequente àquele em que ocorreu a devolução, sendo que o documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo.

04.01.01.09. Caso se constate erro ou irregularidade nas Notas Fiscais, o CONTRATANTE, a seu critério, poderá devolvê-los para as devidas correções, ou aceitá-los, com a glosa da parte que considerar indevida.



04.01.01.10. Na hipótese de devolução, as Notas Fiscais serão consideradas como não apresentadas, para fins de atendimento das condições contratuais.

04.01.01.11. O CONTRATANTE não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

04.01.01.12. O Município efetuará a retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos feitos aos Credenciados pelos serviços prestados.

04.01.01.13. A Contratada deverá ainda, como condição para o pagamento, responsabilizar-se por dar baixa ou confirmar, a execução dos procedimentos executados via SISREG.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

05.01. O presente Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas atualizações, observando-se as diretrizes do SUS e as boas práticas de medicina, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

05.02. Os serviços serão realizados pelo período de duração do contrato, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

05.03. A eventual mudança de endereço dos locais de prestação dos serviços ora contratados será imediatamente comunicada ao CONTRATANTE, que analisará a conveniência de mantê-los, podendo, ainda, rever as condições do contrato e, até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente.

05.04. A mudança do Responsável Técnico pelos serviços também será comunicado ao CONTRATANTE.

05.05. Durante a vigência deste contrato, a CONTRATADA fica vinculada à proposta de trabalho apresentada durante seu credenciamento, sendo que qualquer alteração, durante a vigência contratual, deverá ser devidamente justificada e submetida à análise da Comissão de Chamada Pública, que poderá requerer pareceres de departamentos técnicos da Secretaria Municipal de Saúde para analisar o pedido do prestador.

05.06. A execução dos serviços que constituem o objeto do presente contrato fica a cargo da CONTRATADA, independentemente dos serviços que eventualmente venham a ser, por ela, contratados com terceiros para a sua perfeita execução, sem qualquer ônus ao Contratante.

05.07. É vedada a cobrança da assistência devida aos pacientes submetidos aos serviços ora contratados, responsabilizando-se a CONTRATADA pelas cobranças feitas ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto em razão da execução deste contrato.



05.08. É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluído os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE.

05.09. Será de responsabilidade da Contratada, utilizar da regulação das urgências para o encaminhamento ou transferência da pessoa com DRC para os estabelecimentos de saúde hospitalar de referência, previamente pactuados locorregionalmente, quando estas pessoas estiverem no estabelecimento de atenção especializada ambulatorial em DRC e necessitarem, naquele momento, de cuidados imediatos em urgência.

05.10. A Contratada deverá ainda na execução dos serviços:

I - prestar os primeiros atendimentos ao paciente nos casos de intercorrências que ocorrerem durante o processo de diálise, garantindo a estabilização do paciente;

II - dar continuidade à assistência por meio da regulação de urgência e emergência, que deverá garantir o transporte do paciente e a continuidade da assistência necessária para as referências previamente pactuadas locorregionalmente.

05.11. Será de responsabilidade da Contratada, a substituição dos profissionais que compõem as equipes de trabalho, por outros de mesma qualificação, nos períodos de férias, inclusive de modo que os profissionais contratados em substituição estejam incluídos no CNES do estabelecimento contratado.

05.12. A Contratada será responsável pela continuidade do tratamento dos pacientes, inclusive nos dias de feriados.

05.13. A sala para atendimento ao paciente "HbsAg+" será opcional, caso o estabelecimento de diálise celebre convênio ou contrato formal com outro serviço para o atendimento destes pacientes. (Redação dada pela PRT GM/MS 1675 de 07.06.2018), o qual deverá executar suas atividades neste Município.

05.14. A Administração não se obriga a contratar todos os serviços ofertados, mas na quantidade necessária viável para atender a demanda do Município de Dourados.

05.15. A Contratada deverá atender a todos os procedimentos contratados responsabilizando-se pelos mesmos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ESPÉCIES DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA

06.01. Para o cumprimento do objeto deste contrato, a CONTRATADA obriga-se a oferecer ao paciente do SUS um tratamento digno, com os recursos necessários ao seu atendimento, prestando os serviços ambulatoriais dentro de sua capacidade operacional no limite contratado.



06.02. A assistência deverá ser prestada a qualquer indivíduo que dela necessite em atenção ambulatorial, para atender a demanda submetida à regulação e autorização pelo Complexo Regulador Municipal, observada a sistemática do Sistema Único de Saúde – SUS.

06.03. Para o cumprimento do objeto deste contrato, a CONTRATADA obriga-se a oferecer ao paciente os recursos necessários a seu atendimento/Assistência médico- ambulatorial, conforme o estabelecido pela Resolução RDC/ANVISA n. 11 de 13/03/2014, da qual destacamos os seguintes quesitos:

- a) Atendimento médico, com realização de todos os procedimentos ambulatoriais específicos, incluindo urgência ou emergência;
- b) Materiais e equipamentos necessários;
- c) Serviços de enfermagem;
- d) Assistente Social, Nutricionista, Psicóloga para acompanhamento multiprofissional;
- e) O serviço de diálise deve garantir a assistência ao paciente em caso de intercorrências relacionadas ao processo de diálise, incluindo mecanismos que garantam a continuidade da atenção quando houver necessidade de remoção.
- f) Durante a internação de qualquer natureza, é de responsabilidade do Responsável Técnico (RT) do serviço de diálise assegurar a continuidade do tratamento dialítico na unidade hospitalar.

06.03.01 Além do disposto no subitem 06.03.a Contratada obriga-se na execução do presente contrato a prestar os serviços seguindo o preconizado na Portaria n. 389GM/MS de 13 de março de 2014, suas alterações e legislações correlatas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

07.01. As despesas decorrentes da contratação de serviços objeto deste contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

12.00 – Secretaria Municipal de Saúde

12.02. Fundo Municipal de Saúde

10.302.015 Atenção de Média e Alta Amb. Hosp. Urgência e Emerg.

2.095 – Manutenção da Rede de Atenção a Saúde Especializada, Ambulatorial e Hospitalar

33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

07.02. A execução em exercícios posteriores correrá por conta de Dotação Orçamentária a ser estipulada.

07.03. As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta dos recursos da União (Teto da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – MAC e do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação – FAEC).

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



- 08.1.** Transferir os recursos financeiros previstos no Contrato a CONTRATADA observado os prazos e condições estipulados;
- 08.2.** Implementar os protocolos para a regulação de acesso às ações e serviços;
- 08.3.** Regular o acesso dos usuários às ações e serviços de saúde, por meio de centrais de regulação, de acordo com o estabelecido na Política Nacional de Regulação;
- 08.4.** Cumprir as regras de alimentação e processamento dos seguintes sistemas: SIA, SCNES, SISREG e outros sistemas que venham a ser criados no âmbito da atenção ambulatorial no SUS, no que se refere às informações da CONTRATADA;
- 08.5.** Garantir, sempre que couber, a inclusão da CONTRATADA, em políticas prioritárias, já existentes ou que venham a surgir estabelecidas pela gestão local, estadual e ou nacional do SUS;
- 08.6.** Controlar, avaliar, monitorar e auditar, as ações e serviços de saúde contratados, bem como, acompanhar o alcance das metas qualitativas e/ou quantitativas conforme pactuadas;
- 08.7.** Garantir dispositivos de autorização prévia dos procedimentos ambulatoriais e de, salvo em situações em que fluxos sejam definidos "a priori" com autorização "a posteriori";
- 08.8.** Processar a totalidade da produção ambulatorial apresentada pela CONTRATADA, no mês de competência, alimentando a base de dados nacional do SIA;
- 08.9.** A execução do contrato será avaliada pelos órgãos competentes do SUS mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, a verificação dos dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados. Poderá, em casos específicos, ser realizada auditoria específica.

CLÁUSULA NONA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

09.01. Constituem obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas neste contrato ou dele decorrentes:

I – Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação administrando produtos para saúde que não tenham registro na ANVISA e procedimentos que não sejam reconhecidos pelo CRM.

II – Atender aos pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre boa qualidade na prestação dos serviços.

III – Afixar aviso, em local visível, de sua condição de entidade integrante do SUS para prestação de serviços de saúde.

IV – Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional previsto neste contrato, encaminhando cópia ao gestor de saúde quando solicitado.

V – Notificar o CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social ou de mudança em sua diretoria ou seu estatuto, enviando ao CONTRATANTE, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados



a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da certidão do cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

VI – Submeter-se à regulação instituída pelo gestor de saúde no que diz respeito aos serviços ora contratados.

VII – Apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto.

VIII – Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços.

IX – Garantir o acesso do Conselho Municipal de Saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização.

X – Cumprir as diretrizes da Política Nacional de Humanização PNH.

XI – Submeter-se a avaliações sistemáticas de acordo com o Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde.

XII – Manter seus dados atualizados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES.

XIII – Garantir o acesso do componente municipal de auditoria nas dependências das unidades para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços de saúde contratados.

XIV – Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes e o respectivo arquivo.

XV - Atender os encaminhamentos feitos pelo Núcleo de Regulação de Procedimentos Ambulatoriais.

XVI - Apresentar até o 5º dia útil, juntamente com a documentação prevista na cláusula quarta Escala Mensal de utilização das máquinas de hemodiálise por turno de atendimento contendo os seguintes itens:

- nome paciente;
- tipo de convênio;
- nº de série da máquina;
- nº da máquina (seqüencial englobando as máquinas das salas);
- turno de atendimento.

XVII – Providenciar que conste anexada na máquina de Hemodiálise nº da máquina, nº de série da máquina, nome dos pacientes que utilizam a máquina.

XVIII – A CONTRATADA obriga-se a informar ao Departamento de Gestão Estratégica e a Central de Regulação, de acordo com a periodicidade estabelecida pela mesma, os seguintes dados:

a) o número de vagas disponíveis e saídas de pacientes (alta, óbito, abandono) por modalidade de diálise, por turnos, dias, e perfil sorológico;

b) o horário da agenda para avaliação de pacientes encaminhados, que não poderá ultrapassar 7 (sete) dias corridos, contados a partir da data de liberação da vaga pela Central;



- c) toda a movimentação dos pacientes em tratamento e acompanhados pelo serviço; e
- d) comunicar à Central de Regulação no caso de haver recusado encaminhamento de paciente o qual deve ser justificado.

XIX – É de responsabilidade da Contratada a confecção de fístula arterio-venosa de acesso à hemodiálise ou o implante de cateter para diálise peritoneal.

XX – Cumprir os critérios e rotinas determinados pelo gestor de saúde para fins de manutenção da contratação.

XXI - No prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar da assinatura do presente, implementar e apresentar a CONTRATANTE o *Programa Interno de Integridade (Compliance)*, conforme dispõe a Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto Presidencial 8.420/2015. Conforme disposto no Art. 42 do Decreto Presidencial 8.420/2015, o programa de integridade será avaliado, quanto a sua existência e aplicação, de acordo com os seguintes parâmetros:

1. Comprometimento da alta direção da pessoa jurídica, incluídos os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa;
2. Padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os empregados e administradores, independentemente de cargo ou função exercidos;
3. Padrões de conduta, código de ética e políticas de integridade estendidas, quando necessário, a terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
4. Treinamentos periódicos sobre o programa de integridade;
5. Análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao programa de integridade;
6. Registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica;
7. Controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiros da pessoa jurídica;
8. Procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, tal como pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações, ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;
9. Independência, estrutura e autoridade da instância interna responsável pela aplicação do programa de integridade e fiscalização de seu cumprimento;
10. Canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciantes de boa-fé;
11. Medidas disciplinares em caso de violação do programa de integridade;
12. Procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;
13. Diligências apropriadas para contratação e, conforme o caso, supervisão, de terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;



14. Verificação, durante os processos de fusões, aquisições e reestruturações societárias, do cometimento de irregularidades ou ilícitos ou da existência de vulnerabilidades nas pessoas jurídicas envolvidas;
15. Monitoramento contínuo do programa de integridade visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência dos atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013; e
16. Transparência da pessoa jurídica quanto a doações para candidatos e partidos políticos.

XXII – A Contratada na execução dos serviços ora contratados além das condições estabelecidas no presente contrato vincula-se no cumprimento de todas as condições estabelecidas no Edital de Chamamento.

XXIII. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a disponibilização de aparelhos, utensílios, máquinas, insumos bem como demais itens que se fizerem necessários para atender o objeto do presente contrato, estes em numero adequados a demanda atendida pela empresa.

XXIV. A CONTRATADA para execução dos serviços objeto do CONTRATO, dentre outras, deverá contar com equipe, conforme abaixo, esta exigida para o serviço sob a tipificação de Atenção Especializada em DRC (doença renal crônica) com hemodiálise - código 15.04, conforme dispõe a Sessão VI, Art.78 da Portaria de Consolidação nº 03 de 28.09.2017:

- I - 2 (dois) médicos, sendo 1 (um) o responsável técnico, ambos com especialização em nefrologia, comprovada por título e registrada pelo Conselho Regional Medicina – CRM,
- II - 2 (dois) enfermeiros, sendo 1 (um) o responsável técnico, ambos com especialização em nefrologia, comprovada por título e registrada pelo Conselho Regional de Enfermagem - COREN;
- III - assistente social;
- IV - psicólogo;
- V - nutricionista; e
- VI - técnico de enfermagem. “(NR)

XXV. A CONTRATADA deverá respeitar, no mínimo, a seguinte proporção, em relação aos profissionais abaixo elencados:

- I - 1 (um) médico nefrologista para cada 50 (cinquenta) pacientes, em cada turno; (Redação dada pela PRT GM/MS 1675 de 07.06.2018)
- II - 1 (um) enfermeiro para cada 50 (cinquenta) pacientes, em cada turno; e (Redação dada pela PRT GM/MS 1675 de 07.06.2018)
- III - 1 (um) técnico de enfermagem para cada 6 (seis) pacientes em cada turno. (Redação dada pela PRT GM/MS 1675 de 07.06.2018)



XXVI. Possuir condições de realização de exames laboratoriais, para o devido atendimento ao disposto nas diretrizes clínicas para o cuidado ao paciente com DRC, podendo ser realizados em serviço de referência devidamente formalizado;

XXVII. Possuir condições de realização de exames de imagem para o devido atendimento ao disposto nas diretrizes clínicas para o cuidado ao paciente com DRC, de acordo com o contrato estabelecido com o gestor público de saúde, podendo ser realizados em serviço de referência devidamente formalizado.

XXVIII. Possuir sistema próprio de Tratamento e Distribuição de Água para Hemodiálise – SADTH o qual poderá ser terceirizado conforme dispõe a Portaria GM/MS 1.675 de 07.06.2018.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

10.01. Os estabelecimentos de saúde autorizados a prestarem a atenção à saúde às pessoas com DRC no âmbito do SUS serão submetidos à regulação, controle e avaliação dos seus respectivos gestores, estando sob responsabilidade destes gestores, dentre outras, as seguintes atribuições:

- I** - avaliação da estrutura e equipe dos estabelecimentos por eles autorizados para prestar o cuidado;
- II** - avaliação da compatibilidade entre o número de casos esperados para a população atendida, o número de atendimentos realizados e o número de procedimentos faturados, observando também a distribuição numérica esperada dos procedimentos (consultas e acompanhamentos/tratamentos); e
- III** - avaliação da qualidade dos serviços prestados pelos estabelecimentos.

10.02. O cumprimento das metas físicas de que trata o § 2º do art. 32 será avaliado a cada 3 (três) meses a partir da adesão ou habilitação, por meio do Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS) ou de outros sistemas de informação oficiais definidos pelo Ministério da Saúde.

I - A ausência de informação por 3 (três) meses consecutivos no SIA/SUS acarretará a suspensão do repasse do incentivo financeiro de que trata o art. 32.

II - Em caso de não se constatar no SIA/SUS o cumprimento do percentual de pessoas com DRC nos estágios 4 e 5 pré diálise em relação ao percentual de pessoas com DRC em diálise/TRS no respectivo estabelecimento de saúde, conforme preconizado no Anexo III, poderá ocorrer a reclassificação ou extinção das habilitações das Unidades Especializadas em DRC com TRS/Diálise.

III - O estabelecimento de saúde que não realizar as metas físicas estabelecidas pelo gestor público de saúde será notificado podendo sofrer desabilitação.

10.03. O Contratado deverá mensalmente, juntamente com a documentação relativa a produção para pagamento requisitada na Cláusula Quarta, apresentar as informações de cumprimento dos indicadores de qualidade definidos no Anexo I deste Contrato e se comprometer com as metas estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

11.01. Constituem responsabilidade civil da CONTRATADA, além das demais previstas neste contrato ou dele decorrentes:



I – A CONTRATADA é responsável pela indenização de dano causado ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a ele vinculado, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imprudência ou imperícia praticada por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado a CONTRATADA o direito de regresso.

II – A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA nos termos da Lei 8.666/93.

III – A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços, nos termos da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.01. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I – advertência, por escrito, quando praticar as irregularidades de pequena monta;

II – multa administrativa no percentual de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso na execução dos serviços, sobre o valor do contrato, a partir do primeiro dia útil da data fixada para seu início, limitada a 10% (dez por cento) do valor dos serviços/produtos;

II.a – multa administrativa no percentual de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso na execução dos serviços limitada a 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato, contado a partir da ciência do Contratante em caso de interrupção injustificada da execução na vigência do contrato;

III – suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o município de Dourados, por prazo não superior a dois anos, caso deixe de recolher aos cofres públicos as multas citadas, aplicadas de acordo com os itens correspondentes;

IV –declaração de inidoneidade para Licitar ou Contratar com o município de Dourados enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste item, no caso de não cumprimento das obrigações assumidas.

V – Rescisão contratual nos termos dos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8666/93.

VI –Suspensão temporária do serviço de ofício, quando houver indicação do Componente Municipal de Auditoria, após apuração de denúncia de irregularidade ou fraude na execução dos serviços contratados, ou ainda, como medida cautelar em processo administrativo aberto pela Contratante para apurar denúncia de irregularidade, o que implicará no bloqueio da agenda do prestador.

12.01.01. As sanções previstas nos incisos III e IV do item anterior poderão ser aplicadas juntamente com as de multa, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, observando o



disposto nos artigos 109 e 110 da Lei Federal nº. 8.666/93, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação no Diário Oficial.

12.02. A notificação que dará ciência à CONTRATADA de que foi penalizada informará o motivo da aplicação da penalidade e, no caso de multa, o valor a ser pago.

12.02.01. A CONTRATADA, uma vez cientificada de que lhe foi imposta penalidade, terá o direito de recorrer, observando o disposto na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

12.03. Sendo aplicada a multa especificada nos incisos II e II.a do item 12.01 deverá a CONTRATADA recolher o valor da mesma na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Dourados, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas), contadas da entrega da notificação, sendo que, em hipótese de não pagamento, a cobrança da mesma deverá ser feita após sua inscrição em dívida ativa e mediante processo judicial de execução fiscal.

12.04. Quaisquer outras multas aplicadas deverão ser recolhidas no órgão competente no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre com a observância do direito ao contraditório e à ampla defesa, observado o disposto no item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.01. O CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato de pleno direito, independentemente de interpelação judicial, pela ocorrência de quaisquer hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78, combinado com o artigo 79 da Lei Federal nº. 8.666/93, garantindo à CONTRATADA, em qualquer hipótese, o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos termos do artigo 109 da mesma Lei.

13.01.01. Além dos casos previstos no item anterior, a CONTRATANTE poderá rescindir o contrato de forma unilateral quando, mesmo sem decretação formal de falência ou insolvência civil pelo juízo competente, for detectado, através da análise de balanços, inventários ou de títulos vencidos, protestados ou não, que a CONTRATADA encontra-se com sua situação econômico-financeira comprometida a ponto de por em risco a fiel execução do presente contrato;

13.01.02. Sem prejuízo dos casos previstos nos itens anteriores, a CONTRATANTE poderá rescindir o contrato, de forma unilateral quando, diante de constatação levada a efeito pelo Componente Municipal de Auditoria, restar demonstrado que a CONTRATADA não vem cumprindo satisfatoriamente os serviços ora contratados, garantindo-se o direito à ampla defesa e ao contraditório.

13.02. O inadimplemento ou inexecução total ou parcial dos serviços nos prazos propostos e contratados, para o início dos serviços prestados, caracterizará inadimplemento contratual, motivando a rescisão do presente contrato sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o artigo 87 da Lei 8.666/93.



13.03. Constituem motivo para rescisão do contrato no interesse da CONTRATADA todos aqueles previstos em lei, em especial os previstos nos incisos XIII, XIV, XV e XVI do art. 78 da Lei 8.666/93, bem como a superveniência de evento alheio a sua vontade, regularmente comprovado perante a CONTRATANTE, que torne inviável a execução do contrato.

13.04. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.

13.05. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo CONTRATANTE e, comprovadamente realizadas pela CONTRATADA, previstas no presente contrato.

13.06. Em caso de cisão, incorporação ou fusão da CONTRATADA com outras empresas, caberá ao CONTRATANTE decidir pela continuidade do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.01. Salvo as possíveis hipóteses de alteração unilateral do contrato pelo CONTRATANTE, decorrentes das normas de direito público vigentes, o presente contrato poderá ser alterado para ajuste de condições supervenientes que impliquem em modificações, com as devidas justificativas, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:

- a) quando necessária a modificação do regime de execução dos serviços em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial tabelado, vedada a antecipação de pagamento, com relação ao cronograma fixado, sem a correspondente contraprestação de execução dos serviços;
- c) na hipótese de alteração da tabela.

14.02. Qualquer alteração nas condições ora estipuladas neste contrato deverá ser feita através de Termo Aditivo, devidamente assinada pelos representantes legais das partes, na forma da Lei 8.666/93, excetuando-se as hipóteses de alteração da tabela.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – AMPARO LEGAL E DA SUJEIÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS



15.01. O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos seus preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

15.02. Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas do presente contrato serão resolvidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis.

15.03. Após a assinatura deste contrato, toda comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será por escrito, mediante troca de ofícios e correspondências devidamente registradas.

15.04. As partes se declaram sujeitas às normas previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, às demais disposições aplicáveis aos contratos administrativos, à Lei n. 8.080/90, às demais normas e diretrizes do SUS quanto aos serviços contratados e, por fim, às cláusulas deste contrato.

15.05. Não terão eficácia quaisquer exceções às especificações contidas neste instrumento e/ou em seus anexos, em relação às quais o CONTRATANTE e a CONTRATADA não houverem, por escrito, se declarado de acordo.

15.06. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorrido após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, sendo fixado por tabela.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO DESCREDENCIAMENTO

16.1. Na hipótese do credenciado inadimplir, total ou parcialmente, suas obrigações contratuais, a Administração poderá suspender, imediatamente, os encaminhamentos e, garantida prévia defesa, rescindir o contrato e descredenciar o prestador, a bem do interesse público.

16.2. Durante a prestação dos serviços, o prestador fica proibido de:

16.2.1. cobrar qualquer sobretaxa ao previsto na Tabela SUS para a execução dos procedimentos;

16.2.2. cobrar quaisquer serviços, direta ou indiretamente ao usuário;

16.2.3. exigir que o usuário assine fatura ou guia de atendimento em branco;

16.2.4. solicitar qualquer tipo de doação.

16.2.5. O prestador será descredenciado nos casos de descumprimento de regras e condições fixadas para o atendimento, sendo excluído do rol de credenciados de forma imediata.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.01. O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Município de Dourados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.01. Fica eleito o foro desta Comarca de Dourados (MS) para dirimir qualquer questão oriunda deste contrato, ou de sua interpretação, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de duas testemunhas, abaixo assinadas.

Dourados, ____ de ____ de ____.

Berenice de Oliveira Machado Souza
Secretaria Municipal de Saúde

Contratada

Testemunhas:

_____ RG nº.	_____ RG nº.
-----------------	-----------------



ANEXO I – INDICADORES DE QUALIDADE

1- Proporção de pacientes em tratamento conservador (pré-dialítico) com Hemoglobina (Hb)³10 mg/dl e HB[£]12 mg/dl

A) CÁLCULO:

No de pacientes em tratamento conservador com Hb³10 mg/dl e HB[£]12 mg/d mg/dl/ No total de pacientes em tratamento conservador X 101

B) FREQUÊNCIA: Trimestral

2- Proporção de pacientes em tratamento conservador (pré-dialítico) com a dosagem de fósforo (P)³2,5 mg/dl e P[£]4,5 mg/dl

A) CÁLCULO:

Nº de pacientes em tratamento conservador com P > 2,5 e < 4,5 mg/dl/ Nº total de pacientes em tratamento conservador X 101

B) FREQUÊNCIA: Trimestral

3- Proporção de pacientes que iniciaram o tratamento hemodialítico com a FAV

A) CÁLCULO:

Nº de pacientes que iniciaram o tratamento hemodialítico com a FAV/ Nº total de pacientes em tratamento hemodialítico X 100

B) FREQUÊNCIA: Mensal

4- Proporção de pacientes que iniciaram tratamento hemodialítico sem FAV e em 30 dias realizou a FAV.

A) CÁLCULO:

Nº de pacientes que iniciaram tratamento hemodialítico sem FAV e em 30 dias realizou a FAV/ Nº total de pacientes que entraram sem FAV X 100

B) FREQUÊNCIA: Mensal

5- Proporção de pacientes em tratamento conservador (pré-dialítico) que abandonaram o tratamento

A) CÁLCULO:

Nº de pacientes em tratamento conservador com abandono de tratamento/ Nº total de pacientes em tratamento conservador X 101

B) FREQUÊNCIA: Anual



6- Proporção de pessoas em diálise peritoneal

A) CÁLCULO:

Nº de pacientes em diálise peritoneal/ Nº total de pacientes em tratamento em diálise X 101

B) FREQUÊNCIA: Trimestral

7- Taxa de hospitalização dos pacientes por intercorrências clínica:

A) CÁLCULO:

Nº de pacientes internados por intercorrência clínica em hemodiálise/ Nº total de pacientes em tratamento por hemodiálise X 100 OU Nº de pacientes internados por intercorrência clínica em CAPD e DPA

OU

Nº total de pacientes em tratamento por CAPD e DPA X 101

B) FREQUÊNCIA: Mensal

8- Proporção de pacientes em hemodiálise em uso de cateter de curta duração por mais de 3 meses

A) CÁLCULO:

Nº pacientes em HD em uso de cateter venoso central de curta duração/ Nº total de pacientes em tratamento de HD

B) FREQUÊNCIA: Mensal

9- Taxa de mortalidade de pacientes em diálise

A) CÁLCULO:

Nº de óbitos de pacientes em diálise/ Nº total de pacientes em diálise X 101

B) FREQUÊNCIA: Anual

10- Número de soro conversão para Hepatite C em pacientes submetidos à Hemodiálise

A) CÁLCULO:

Nº absoluto de casos com soroconversão para Hepatite C

a) Frequência: Trimestral



11- Incidência em peritonite em pacientes em diálise peritoneal

A) CÁLCULO:

Nº pacientes em diálise peritoneal com peritonite diagnosticada/ Nº total de pacientes em tratamento em DP X 100

B) FREQUÊNCIA: Trimestral

12- Proporção de pacientes com Hb > 10 g/dl e < 12,0 g/dl em diálise

A) CÁLCULO:

Nº de pacientes em diálise com Hb > 10 e < 12 g/dl/ Nº total de pacientes em diálise X 101

B) FREQUÊNCIA: Trimestral

13- Proporção de pacientes em diálise com Fósforo (P) >3,5 e < 5,5 mg/dl

A) CÁLCULO:

Nº de pacientes com P > 3,5 e < 5,5 mg/dl/ Nº total de pacientes em diálise X 101

B) FREQUÊNCIA: Trimestral

14- Proporção de pacientes em tratamento dialítico com Albumina³3,0 mg/dl

A) CÁLCULO:

Nº pacientes em tratamento dialítico com Ab³3,0 g/dl/ Nº total de pacientes em tratamento X 100

B) FREQUÊNCIA: Trimestral

15- Proporção de pacientes em Diálise com PTH > 600 pg/ml

A) CÁLCULO:

Nº de pacientes em Diálise com PTH > 600 pg/ml/ Nº total de pacientes em Diálise X 101

B) FREQUÊNCIA: Trimestral

16- Proporção de pacientes em Hemodiálise com KTV > 1,3

A) CÁLCULO:

Nº de pacientes em Hemodiálise com KTV > 1,3/ Nº total de pacientes em Hemodiálise X 101

B) FREQUÊNCIA: Mensal



17- Proporção de pacientes com mais de 6 meses de tratamento dialítico, aptos para o transplante e inscritos na CNCDO

A) CÁLCULO:

Nº de pacientes com mais de 6 meses de tratamento dialítico, aptos para o transplante na e inscritos na CNCDO/ Nº total de pacientes com mais de 6 meses de tratamento dialítico e aptos para o transplante X 101

B) FREQUÊNCIA: Mensal" (NR)